

Governo insiste em pagar as dívidas da Proindicus, EMATUM e MAM porque “tem que haver a continuidade do Estado”, explica Maleiane que minimiza violação da Constituição



O ministro da Economia e Finanças explicou nesta quinta-feira (14) porque razões o Governo está a insistir em pagar as dívidas ilegais da Proindicus, EMATUM e MAM, “tem que haver a continuidade do Estado e temos que continuar a sermos respeitados lá fora como Estado” disse Adriano Maleiane minimizando a violação da Constituição da República de Moçambique pelo seu antecessor: “podemos ter razão nas nossas leis mas também temos que ver o que foi assinado relativamente a lei externa”.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: GPM

continua Pag. 02 →

Presidente Nyusi responsabiliza empresários pela depreciação do metical, “melhor antídoto é aumentarmos os níveis de produção”

Em jeito de resposta a reclamação da CTA a decisão do Banco de Moçambique aumentar as Reservas Obrigatórias em divisas o Presidente Filipe Nyusi responsabilizou os empresários: “ainda se regista índice de produção indesejável que se reflete na nossa balança comercial culminando com mais importações e menos exportações”. Paradoxalmente o @Verdade constatou que o chá e o açúcar servido durante a XVI Conferência Anual do Sector Privado fizeram parte das importações que pesam na Balança de Pagamentos

Texto & Foto: Adérito Caldeira

Discursando na abertura da Conferência Anual do Sector Privado (CASP), que na verdade aconteceu no segundo e último dia, o Chefe de Estado assegurou que o Governo continuará a fazer a sua parte com toda a responsabilidade, “contudo continuamos preocupados porque não obstante a economia estar a registar sinais de vitalidade ainda se regista índice de produção indesejável que se reflete na nossa balança comercial culminando com mais importações e menos exportações, e quem contribuir largamente para o aumento da produção e da produtividade é o sector privado”, em alusão a contestada decisão do banco central de aumentar o coeficiente de Reservas Obrigatórias em moeda estrangeira de 27 para 36 por cento para equilibra a Balança de Pagamentos.

Porque o mote da XVI CASP era “Agronegócio como Factor Acelrador” o estadista moçambicano, após enumerar os mais do que conhecidos problemas que os agricultores enfrentam, desafio a Confederação das Associações Económicas (CTA): “a nossa expectativa é que estes aspectos que foram objecto de debate durante o dia de ontem ou serão objecto de discussão nos temas que serão apresentados de modo a encontrar forma



do sector privado participar na sua solução”.

Comentando a matriz de prioridades que todos anos a CTA apresenta Nysu admitiu que “são sim necessárias estas medidas de reforma que aqui foram reiteradas, que visam reduzir custos de operação e de produtividade, mas o melhor antídoto é aumentarmos os níveis de produção. Importamos arroz em detrimento das terras aráveis do Chókwe, de Mopeia, de Inguri ou de Chipeme. Importamos batata reno sacrificando o potencial de Cuamba, Tsangano ou Unango. Compramos fora do país cebola e alface recusando que afinal seja de Matutui-ne, Tica e Malema podem nos alimentar”.



“Temos terra e fontes de água, temos no nosso país gente trabalhadora, o capital humano empreendedor aqui presente, numa só frase é um país dotado de excelentes condições agro-ecológicas para o desenvolvimento da agricultura sustentável”, concluiu o Presidente que não deve ter notado que o chá e o açúcar servido durante a XVI Conferência Anual do Sector Privado não tinham sido produzidos em Moçambique mas fizeram parte das importações que pesam na Balança de Pagamentos, apesar da pujante indústria do açúcar nacional seja um dos poucos casos de sucesso do agronegócio no nosso país.

A verdade em cada palavra.

Diga-nos quem é o
XICONHOCA
da semana



Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 01 - Governo insiste em pagar as dívidas da Proindicus, EMATUM e MAM porque “tem que haver a continuidade do Estado”, explica Maleiane que minimiza violação da Constituição

Só no segundo dia da “prova oral” na Assembleia da República é que o Executivo dignou-se a explicar alguns dos motivos pelos quais continua a negociar com os credores dos empréstimos contraídos violando a Constituição e leis orçamentais para a reestruturações das amortizações durante as próximas duas décadas.

Adriano Maleiane começou por explicar que o Executivo de Filipe Nyusi assumiu o pagamento dessas dívidas contraídas durante o 2º mandato de Armando Guebuza, até 2017 foram pagos 263 milhões de dólares norte-americanos, porque a “Lei 9/2002 no seu artigo 66, número 2, diz taxativamente que o Estado é responsável pelos actos praticados pelos seus funcionários e agentes do Estado, essa foi a primeira razão para nós virmos aqui e para nós organizarmos como Estado, como Governo, para representar o Estado”.

O ministro declarou que o Governo de Nyusi desconhecia as dívidas das empresas Proindicus e Mozambique Asset Management (MAM): “de acordo com a metodologia que temos com o mundo, as Garantias Soberanas fazem parte do stock da dívida do país. Neste caso, tivemos que agregar essas duas Garantias ao stock da dívida do país e uma vez agregada essas responsabilidade teve reflexos nas contas do Estado é por isso viemos aqui e dissemos, todos os actos para se conformar com o que a lei fala tem que estar registados, esse é acto e é um comando também, esta Lei 9/2002 no seu artigo 36 e seguintes, que diz: tudo o que transforme o património do Estado deve ser registado”.

Maleiane insistiu no argumento que a lei obriga a “registar, mesmo que não venha a pagar, mas tem que estar registado, e é o que acontece na Conta Geral do Estado” e que isso não implica necessariamente a legalização das dívidas contraídas sem a aprovação da Assembleia da República.



“13 biliões (de dólares) de dívida estamos a incluir estas duas garantias porque existem, legais ou ilegais existem, porque nós não conseguimos provar que aquelas Garantias não foram assinadas por um agente do Estado, esse é que é o debate. Não conseguimos provar que aquelas Garantias não foram assinadas por agentes do Estado e é por isso que nos temos do artigo 66, número 2, nós temos que defender este princípio de continuidade do Estado”, deixou claro o substituto de Manuel Chang, o ministro que assinou as Garantias ilegalmente.

Renegociar o pagamento das dívidas da Proindicus e da MAM “é mais fácil

Maleiane fez uma resenha de todo o processo em torno da dívida da EMATUM desde 2015, a sua transformação em títulos de dívida Soberana de Moçambique e da primeira renegociação dos prazos e montantes a serem amortizados.

“Quando estávamos para pagar (a dívida da EMATUM), em Janeiro de 2017, confrontamo-nos com esta situação das duas garantias adicionais (Proindicus e MAM) e volta-

mos aos credores e dissemos se com 725 (milhões de dólares norte-americanos) nós tínhamos problemas para pagar, mais 1,2 (milhões de dólares norte-americanos) temos mais problemas para pagar os 76 (milhões de dólares norte-americanos) que combinamos, porque temos que tomar em consideração essas duas garantias por causa deste numero 2 da Lei 9/2002, e começamos um processo de negociação”, explicou.

De acordo com o ministro da Economia e Finanças: “Isto é muito importante para percebermos porque o Estado aparentemente está a insistir num assunto que hoje, com estas informações nós devíamos pura e simplesmente esquecer, a razão é continuidade do Estado e quem tem que defender o Estado é o Governo do dia, somos todos nós, é a sociedade e a forma de fazer as coisas tem que ser assim”.

Adriano Maleiane afirmou que renegociar o pagamento das dívidas da Proindicus e da MAM “é mais fácil porque é bilateral”, o Executivo senta à mesa apenas com o Credit Suisse e o VTB que foram os bancos que lideraram os sindicatos que disponibilizaram os 622 milhões de dóla-

res e 535 milhões de dólares, respectivamente.

Enquanto no caso da dívida da EMATUM são “vários investidores, não credores, pessoas que deram aos seus gestores de conta instruções para comprar título de Moçambique porque a informação que tinham é que era um país sério e vai pagar”.

Ministro Maleiane minimiza violação da Constituição da República na contratação das dívidas ilegais

O governante tentou tranquilizar a sociedade e os deputados “têm razão, quando dizem mas agora temos outra informação qual é o posicionamento”, em alusão as revelações da justiça norte-americana de como o processo de contratação das dívidas terá sido alegadamente arquitetado e relativamente aos subornos que terão sido pagos até a banqueiros para facilitarem os empréstimos.

“Temos que separar as questões de responsabilização, que também estão previstas nesta Lei 9/2002, que é o número 2 do artigo 66, que diz taxativamente o seguinte: o Estado é

solidário com os seus agentes. Se por alguma razão chegar-se a conclusão que efectivamente o agente do Estado procedeu mal o Estado tem direito de regresso, é neste espírito que nós podemos trabalhar, não há outra forma”, tentou clarificar Maleiane.

Todavia, segundo o sucessor de Manuel Chang, os assessores internacionais que tem trabalhado com o Ministério da Economia e Finanças estão a apoiar para se encontrar “a solução que nós queremos”, que Maleiane não precisou qual é mas deixou bem claro que : “a única condição é que qualquer solução tem que ser mesmo na mesa das negociações, não é possível um Estado responsável ficar pura e simplesmente, porque temos uma nova situação e sem partilhar com o parceiro”.

Adriano Maleiane disse também que “em rigor todos nós estamos a ter conhecimento de coisas que não conhecíamos, da mesma maneira que eles também quando negociaram não conheciam. É importante que tudo termine na mesa de negociações, para um lado ou para outro, mas sempre vai ser necessário e nós só podemos agradecer porque estamos a entender que estes subsídio que estão sendo dados aqui são para reforçar o nosso papel como negociadores em nome do Estado”

O ministro da Economia e Finanças conclui a sua intervenção na Assembleia da República minimizando a violação da Constituição da República que precedeu a contratação das dívidas pelas empresas Proindicus, EMATUM e MAM. “Estas Garantias foram emitidas e a lei que vai dirimir os potenciais conflitos é a lei inglesa, por isso que a Procuradoria-Geral da República colocou o assunto a nível do Tribunal Supremo de Londres, porque o contrato é assim como está escrito. Quer dizer que podemos ter razão nas nossas leis mas também temos que ver o que foi assinado relativamente a lei externa”.

Vuma “engraxa” Governo e esquece problema dos empresários

Agostinho Vuma voltou dar “graxa” ao Governo, acusando o puxão de orelhas de “deixar de ser um órgão de murmúrios”, destacou “um notável processo de retoma e estabilidade económica vivenciado em 2018” e como clímax distinguiu Filipe Nyusi com o prémio Formiga.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: GPM

O presidente da Confederação das Associações Económicas (CTA) iniciou o seu discurso desta quarta-feira (14) saudando “Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, o nosso Chefe de Estado” por ter pago uma pequena parte das contas que o Estado acumula há vários anos com o sector privado.

Apesar de no ano passado a economia ter desacelerado para 3,3 por cento, é preciso regressar ao ano 2000 para encontrar um Produto Interno Bruto equiparado, Vuma declarou que os empresários registaram “um notável processo de retoma e estabilidade económica vivenciado em 2018 que abre um novo horizonte para o empresariado”.

Na tentativa de apresentar algumas soluções Agostinho



Vuma disse que durante a XVI Conferência Anual do Sector Privado (CASP) “foram apresentados um total de 25 projectos estimados em 850 milhões de dólares norte-americanos, maioritariamente na agro-indústria, incluindo projectos de energia, educação e logística”.

Mas o momento mais alto de toda a CASP, na óptica do presidente da CTA, foi a atribuição do prémio Formiga ao “Engenheiro Filipe Jacinto Nyusi”. “Enche-nos de orgulho testemunhar que este novo modelo de diálogo público-privado introduzido por Vossa Excelência tornou-se numa referência internacional, servindo de inspiração mesmo para países melhor cotados no ranking internacional”, declarou Vuma.



Boqueirão da Verdade

“A Constituição permite não só mais partidos como permite que as pessoas podem falar. A Constituição fala da liberdade de expressão. Os diversos escalões da sociedade e os quadros têm medo de dizer a verdade e escondem a realidade. A mentira vá passando de chefe em chefe e chegue depois aos ministros. Generaliza-se o medo, o seguidismo e o graxismo em qualquer sociedade em que haja corrupção. As assimetrias que existem em Moçambique e vilas e cidades que vivem esquecidas”, **Delmar Gonçalves**

“Desde que há dias, a empresa Electricidade de Moçambique (EDM), decidiu encarecer o consumo de energia eléctrica, no país, sob a justificação de que, pelo o que se entendeu, o anterior tarifário estava muito desfasado dos custos reais de produção, está na “boca” dos seus clientes, que contestam esse encarecimento, e com o agravante de os novos preços terem entrado em vigor sem que a empresa tivesse dado aviso prévio aos seus consumidores”, **Mouzinho de Albuquerque**

“A EDM nunca esteve mais na “boca” do país do que desta vez, depois do agravamento do preço de pagamento do consumo da energia eléctrica

ca. São gritos, essencialmente, de socorro que se ouvem em todo o lado, por incapacidade financeira de as pessoas que se mostram, na sua maioria, desesperadas podem pagar as novas tarifas. A decisão da subida abrupta dos preços de consumo das tarifas de electricidade acontece, ou torna-se curiosa, depois de Ali Sicola Impia ter sido nomeado novo presidente do Conselho de Administração da Electricidade de Moçambique”, **idem**

“É que, se a memória não nos atraiçoa, é pela primeira vez que tal acontece, ou melhor dizendo, que um presidente do Conselho de Administração daquela empresa pública, depois de nomeado em pouco tempo “bombardeia” os seus consumidores, ainda sem alertar para procurarem “refúgios” para se defenderem. Mesmo que, provavelmente, a decisão do aumento das tarifas de consumo e da forma como foi posta em prática, ferindo a lei, tenha sido feita por colectivo de direcção da EDM, isso não parece deixar de suscitar curiosidade”, **ibidem**

“É cada vez mais difícil ficar indiferente ao que vai passando pelas redes sociais. Em nome de uma liberdade

despudorada, passam por aquelas plataformas as mais diversificadas informações, desde as chamadas classificadas, aquelas que, em condições normais, deviam ser mantidas em segredo, tanto no interesse do Estado como de instituições (incluindo famílias) e até de pessoas singulares”, **Júlio Manjate**

“O que eu penso é que liberdade nenhuma devia conceder a alguém o direito de usar aquelas plataformas como arma de arremesso, ou como meio para diabolizar a nossa existência colectiva. Como se já não bastassem aqueles vergonhosos posts produzidos e publicados por jovens com um elevado grau de despreparo escolar, assisto, triste, às incursões de indivíduos assalariados que se pretendem célebres, mas que, no lugar de produzir e contribuir para a melhoria da vida, dedicam maior parte da sua inteligência e tempo de trabalho para gerar escritos orientados para o bota abaixo”, **idem**

“Com a cruzada a sofisticar-se a cada dia, cresce o número de notícias falsas postas a circular diariamente através das redes sociais, deixando a cruel impressão de que vivemos numa sociedade de ficção, onde os factos já não

fazem o menor sentido. Inventase uma mentira sobre uma pessoa, uma empresa ou instituição, e põe-se a circular pelo mundo fora, minando a credibilidade e reputação que, muitas vezes, levou anos a construir. Creio que está na hora de tomarmos uma atitude em relação a este fenómeno que, sorrateiramente, se vai tornando marca ubíqua da nossa convivência diária, mas que na verdade é uma ameaça velada à postura colectiva”, **ibidem**

“Para uma melhor circulação não basta apenas o “tapete preto” (refiro-me ao asfalto), para as viaturas circularem facilmente, exibindo a pujança das suas cilindradas. Há um acessório de vital importância, que são os sinais de estradas. E a ANE não tem se eximido da sua colocação, até mesmo nas ditas zonas recônditas. É uma maravilha fazer o trajecto Mandlakazi-Macuácuá, inaugurado ano passado por S. Excia Presidente da República, não obstante as curvas e contra-curvas na aldeia das Laranjeiras, que inspiram muito zelo. Mas está tudo muito bem sinalizado”, **César Langa**

“Entretanto, neste pano branco, cai a chata nódoa! Nas zo-

nas distantes das cidades ou vilas, é comum os automobilistas se depararem com a ausência de sinalização, ou com a sua deficiência, em razão do vandalismo protagonizado pelas populações locais, que usam os tubos que os suportam para o fabrico de bebidas caseiras, concretamente para destilarem aguardente da fruta que a época proporcionar. Outro material metálico também tem sido usado para torrar castanha de caju, num exercício tão consciente da finalidade quanto ingénuo em termos de consequências”, **idem**

“É comum ver carcaças de viaturas nas matas, tombadas por despistes, muitas vezes não por condução irresponsável, mas por ausência de sinais de trânsito, indispensáveis, principalmente, para os condutores que se fazem pela primeira vez nessa estrada. Ano passado reportámos uma situação de acidente que se verificou numa curva, nas proximidades do local onde está sendo construído o aeroporto, no distrito de Chongoene. São alguns exemplos de acidentes que podem ser evitados com a presença de sinais de trânsito em locais devidos, sem se deixar de repetir apelos à prudência da parte dos automobilistas”, **ibidem**

Desporto

Campeões do Moçambola premiados pelo Standard Bank

O Standard Bank premiou, na quinta-feira, 7 de Março, em Maputo, as equipas da União Desportiva do Songo e o Ferroviário de Maputo, campeão e vice-campeão, respectivamente, da edição 2018 do Moçambola, a maior prova futebolística do País, organizada pela Liga Moçambicana de Futebol (LMF).

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Na gala do Moçambola, que contou o patrocínio exclusivo do banco, a União Desportiva do Songo levou o prémio, no valor de 600 mil meticais, enquanto o Ferroviário de Maputo ficou com 150 mil.

Foram ainda distinguidos, na ocasião, o melhor árbitro da edição (Ema Novo), com 50 mil meticais, melhor guarda-redes (José Guirugo), com 100 mil, e equipa Fair Play (Sporting Clube de Nampula), com 50 mil meticais.

Intervindo em nome dos patrocinadores do Moçambola, António Macamo, membro do Conselho de Administração do Standard Bank, pediu aos principais protagonistas da prova para que brindem aos amantes da modalidade com muitos golos e lances de encher os olhos, pois “o Moçambola é festa e constitui, hoje, o maior produto desportivo nacional pela sua força aglutinadora, e emoções que transmite ao nosso povo”.

Aos gestores da prova, António



Macamo endereçou mensagens de encorajamento: “Queremos que saibam que temos acompanhado todas as vossas lutas para que o nosso campeonato aconteça sem sobressaltos”, frisou.

O Standard Bank presta apoio ao Moçambola desde 2009, no

quadro da sua responsabilidade social corporativa, visando ajudar o futebol nacional a crescer e a profissionalizar-se.

O representante do Ministério da Juventude e Desportos, Francisco da Conceição, agradeceu o apoio que os patrocinadores e parceiros

prestam à principal prova futebolística do País, num contexto, particularmente, atípico da economia nacional: “Queremos mais uma vez reafirmar que o Governo, com ou sem dificuldades, continuará a dar o seu apoio incondicional ao Moçambola, mas tenham, em conta que no presente ano decorrerão vários mega-eventos desportivos, nomeadamente o 14º Festival Nacional de Jogos Desportivos Escolares, na cidade de Chimio, província de Manica, e a realização da 12ª edição dos Jogos Africanos, em Marrocos”, indicou.

Abordado momentos após a gala, Ananias Couana, presidente da Liga Moçambicana de Futebol (LMF) disse existir um acordo de parceria com o Standard Bank que vai até o próximo ano e tem sentido que o banco tem acompanhado o desenrolar do Moçambola época após época: “Trata-se de um banco do desporto, que apoia, igualmente, várias outras áreas desportivas, mas que sempre deu primazia às necessidades do Moçambola”, observou,

realçando que o novo figurino do Moçambola, apesar de ser competitivo e sustentável, foi desenhado em função da conjuntura económica e financeira que o país atravessa.

“Trabalharemos sempre para manter o modelo clássico de todos contra todos e para isso contamos com o apoio do Standard Bank, entre outros parceiros”, destacou Ananias Couana.

Para o secretário-geral da União Desportiva do Songo, Pensar José, o prémio, no valor de 600 mil meticais, constitui o resultado do trabalho desenvolvido pelo clube durante a época 2018, sendo que o gesto do Standard Bank representa o cometimento do banco para com o desenvolvimento do desporto nacional: “O valor ganho será aplicado na melhoria das condições do clube, pois como se sabe, o Moçambola adoptou um novo modelo, que exige uma ginástica, no sentido de não se perder o foco no objectivo que o clube traçou de manter o título de campeão nacional”, concluiu.

Ficha Técnica

NAMPULA - Av. 25 de Setembro 57 A
Telemóvel+258 84 39 98 635

MAPUTO - Avenida Mao Tse Tung 479
Telemóvel+258 86 45 03 076

E-mail: averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; Chefe de Redacção: Emildo Sambo; NAMPULA - Delegado: Hélder Xavier; Chefe de Redacção: Júlio Paulino;

Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.

Sociedade

70 jovens formados em matérias sobre computação em nuvem

Um total de 70 jovens moçambicanos beneficiou de uma capacitação em matérias de tecnologias de informação, através de um workshop denominado Cloud Study Jams, promovido, no sábado, 9 de Março, em Maputo, pela Google Developers Group (GDG) em parceria com a Incubadora de Negócios do Standard Bank.

Texto & Foto: www.fimde semana.co.mz

Para o efeito, a associação juntou no evento de estudo sobre computação em nuvem (Cloud), leccionado em 4 sessões e por igual número de formadores, jovens interessados em adquirir conhecimentos através da plataforma Google Cloud, fornecida pelo Google.

Rosário Fernandes, organizador do evento, disse que o principal objectivo do workshop era dar experiência prática aos jovens interessados em tecnologias de informação e aumentar o proficiente técnico dos participantes na área de computação em nuvem.

Segundo o organizador, GDG é formado por um grupo de voluntários patrocinados pela própria Google, e o critério de selecção para o ingresso na formação ou capacitação é terem conhecimentos básicos sobre tecnologias de informação.

A segunda edição do Cloud Study Jams, focalizou-se na interacção entre os participantes sobre inteligência artificial dentro da nuvem. Para o treinamento personalizado dos formandos, Rosário Fernandes disse que foi necessário fazer-se o uso de uma plataforma chamada Qwiklabs, que oferece várias ferramentas de fácil adequação.

“Geralmente, cada exercício dentro da plataforma tem um custo, mas durante o workshop e depois da formação, eles vão beneficiar do uso grátis, por um período de um mês”, frisou Rosário Fernandes.

Cada ciclo de formação (exercícios) foi leccionado por um formador, por causa da diversificação dos temas e o prosseguimento será à conquista de me-



dalhas electrónicas que servem igualmente como elemento catalisador dentro do curriculum vitae dos participantes.

Vânia Matável, participante do evento, disse que aprendeu a operar com a base de dados e a manusear os dados, que se forem grandes, podem ser guardados na nuvem.

“Creio eu que trabalhar com nuvem, pela minha experiência, no caso de perda de um ficheiro ou documento, a mesma guarda para nós sem ser necessário o uso de um dispositivo ou pen drive para armazenar”, disse Vânia Matável.

Vânia Matável congratulou a iniciativa promovida pelo GDG e o Standard Bank, pelo facto de unir jovens para estudos sobre tecnologias de borla, isto é, sem pagar nada.

Almeida João de Almeida, estudante finalista do curso de tecnologias de informação, disse que aprendeu uma tecnologia

nova para o armazenamento de dados: “Achei interessante aprender algo que ainda não foi introduzido no meu curso, vou aplicar este conhecimento durante o meu percurso”, concluiu Almeida.

Importa realçar que a Incubadora de Negócios do Standard Bank é um empreendimento concebido no âmbito da visão e estratégia do banco, cuja materialização passa pela implementação de iniciativas que fomentam a inovação e o empreendedorismo, que são os mentores do crescimento económico do País.

Para além do espaço físico, a incubadora oferece desde a formação até à interacção com outras empresas e órgãos ou entidades governamentais, tendo em vista a criação de condições para o surgimento e estabelecimento de empreendimentos sustentáveis, que terão um impacto positivo na economia e na sua cadeia de valores, gerando riqueza e inclusão financeira para os cidadãos.

INAE denuncia roubo nas botijas de gás doméstico

Os consumidores de gás doméstico fornecido pelas empresas moçambicanas certificadas para o efeito estão a ser roubados na aquisição deste combustível, segundo a Inspecção Nacional das Actividades Económicas (INAE). Esta queixou-se ainda de venda do referido produto em garrafas sujas.

Texto: Redacção

O director nacional das Operações de Educação, Cultura e Desporto na INAE, Ali Mussa, disse aos jornalistas que a roubalheira acontece durante o enchimento das botijas. A fraude consiste em colocar uma quantidade inferior a que o recipiente devia conter.

Por outras palavras, numa botija que devia conter 11 quilogramas, por exemplo, chega-se a constatar falta

de pelo menos dois a três quilos.

O roubo, de acordo com as declarações de Ali Mussa, ocorre nas cidades de Maputo, da Matola, de Xai-Xai, de Inhambane, da Beira e de Nampula.

Falando a jornalistas, a fonte contou: “Estamos a constatar dois problemas críticos na venda de gás de cozinha. O primeiro está relaciona-

do com o peso inferior ao que a botija devia conter”.

O segundo caso diz respeito à comercialização desse tipo de combustível em recipientes sujos, afirmou.

As empresas visadas, cujos nomes não foram revelados, receberam avisos com vista a corrigirem a situação, que segundo a fonte é punível na medida em que representa um crime.

Pergunta à Tina...

Olá querida Tina! Tudo bom? Urinar dentro do aparelho reprodutivo da mulher durante a relação sexual pode gerar graves implicações (futuras)? Depois que mantive relações sexuais com minha parceira recentemente, urinei dentro de sua vagina, a princípio acreditando que isso de certa forma a estimulasse para mais excitação, entretanto acabou sendo um acto infeliz porque foi muito doloroso para ela, tendo me deixado preocupado e com receio de existência de outras alargadas complicações. Conrado

Olá, Conrado, tudo bom por aqui, obrigada. Podes ficar tranquilo porque, em princípio não tem implicações futuras graves.

Foi com muita satisfação que voltei a ler coisa do género, carga viral indetectável de HIV não transmissível, confesso que a priori não dei crédito. Porém, tendo esta nova chance de reler nesta vossa página, surge atizada a minha curiosidade em torno da matéria, a saber: qual é o nível de CD-4, do qual a pessoa vivendo com HIV é considerada de agente passivo, não passa vírus HIV, sabendo que a carga de padrão máxima é de 1.500? Obrigado, e ansioso estou em ter a vossa ajuda em ter essa informação. Bom trabalho! Matavel

Obrigado, Matavel. Realmente, o conhecimento de que uma pessoa com HIV que tenha uma carga viral indetectável não transmite o HIV (Indetectável = Intransmissível) mesmo não usando a camisinha, só recentemente é que teve confirmação científica unânime.

Mas isto só é verdadeiro para a carga viral. Por mais elevada que seja a contagem de CD4 não é possível afirmar-se que a infecção é intransmissível, se não sabemos a carga viral.

Na verdade, em geral, numa pessoa com HIV que não esteja a receber Tratamento Anti-Retroviral (TARV), quanto mais baixa for a carga viral, maior será a contagem de CD4. No entanto, esta relação já não é verdadeira para as pessoas que estão a receber TARV. Por isso, pode acontecer que uma pessoa tenha por exemplo, uma contagem de CD4 de 500, com uma carga viral de 250 000 e outra pessoa tenha a mesma contagem de CD4, mas com uma carga viral de 2 500 apenas. A contagem de CD4 é muito flutuante, na dependência de inúmeros factores que não interessa agora detalhar.

Em resumo, não há uma relação entre a carga viral e a contagem de CD4 numa pessoa que está a receber TARV. Portanto, só se pode falar em Intransmissibilidade quando a carga viral é Indetectável, independentemente do valor da contagem de CD4.

Vale a pena lembrar que, em face desta descoberta recente, a ONUSIDA recomenda que todas as pessoas em TARV deveriam ser informadas deste facto. A transmissão desta informação às pessoas recebendo TARV, incentiva-as a atingir a meta Indetectável e mantê-la, através do cumprimento rigoroso e aderência ao tratamento.

Também, o conhecimento disso por parte das pessoas em TARV, reduz o auto-estigma, alivia o sentimento de culpa em relação à transmissão potencial, e permite a prática sexual sem receios.

Se as comunidades tiverem conhecimento disto, as pessoas que têm dúvidas sobre o seu estado HIV irão sentir-se mais motivadas para ir fazer o teste de HIV e as pessoas sero-negativas terão menos receios de apanhar o HIV.

Por isso, querido Matavel, o importante em termos de transmissão não é a CD4, mas a carga viral: Indetectável = Intransmissível.

Moçambique comprometido com a agenda da OIT

O nosso País está comprometido com a agenda da OIT-Organização Internacional do Trabalho, tendo, com efeito, ratificado todas as convenções fundamentais e três das quatro convenções prioritárias em 2015, segundo garantiu a ministra moçambicana do Trabalho, Emprego e Segurança Social, na sexta-feira, 8 de Março, em Windhoek, Namíbia, no decurso da reunião anual dos ministros e parceiros sociais (empregadores e trabalhadores) do sector do trabalho e emprego da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Igualmente, conforme indicou Vitória Diogo, Moçambique ratificou, recentemente, o Protocolo à Convenção 29 sobre o Trabalho Forçado, o Protocolo à Convenção 81 sobre a Inspeção do Trabalho, a Convenção 176 sobre a Segurança e Saúde nas Minas e a Convenção sobre o Trabalho Marítimo.

“Os nossos laços de cooperação remontam há mais de quatro décadas e ganharam um grande dinamismo nos últimos cinco anos. É, em parceria com a OIT, que o Governo definiu a primeira Política de Emprego, aprovada em 2016, o Plano de Acção para o Combate às Piores Formas do Trabalho Infantil e a primeira Lista de Trabalhos Perigosos para as Crianças, formulação da Lei-Quadro de Protecção Social, entre outras acções”, indicou.

Num outro desenvolvimento, a governante referiu-se ao Relatório da Comissão Mundial sobre o “Futuro do Trabalho”, com o qual Moçambique se identifica por conter recomendações que servirão de inspiração na formulação de agendas globais, continentais, regionais e nacionais, com vista à universalização do trabalho digno e dos princípios e direitos fundamentais no trabalho.

Para Moçambique, segundo sublinhou Vitória Diogo, o lançamento do relatório sobre o “Futuro do Trabalho” chegou no momento certo por “coincidir com o fim de um ciclo de governação, por

[continua Pag. 15](#) →

Moçambique derrotado por Angola falha apuramento para o principal Mundial de hóquei em patins



A selecção de Moçambique de hóquei em patins foi derrotada neste domingo (10) por Angola, 5 a 3, e está fora do principal Mundial que vai decorrer em Barcelona. Desde 2011 a trajectória dos “Ngonhamas” tem sido decrescente evidenciando a falta de investimentos numa modalidade onde o nosso país detém, ainda, a melhor posição africana de sempre, o 4º lugar de San Juan.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Jornal Notícias

[continua Pag. 06](#) →

Moçambicano entre as 157 vítimas do despenhamento do novíssimo Boeing da Ethiopia Airlines

Um cidadão moçambicano está entre as 157 vítimas mortais do novíssimo Boeing 737-800MAX da Ethiopian Airlines que despenhou-se neste domingo (10) seis minutos após decolar do aeroporto internacional de Bole, na Etiópia, com destino a Nairobi, no Quénia. Este foi o segundo acidente fatal em menos de seis meses envolvendo o novo jato da Boeing, em Outubro passado um avião da companhia Lion Air caiu pouco depois de decolar de Jacarta, na Indonésia.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Agências

O voo ET 32 da companhia aérea etíope transportando 149 passageiros e oito tripulantes partiu às 8h38 (hora local) de Addis Ababa e perdeu contacto com a torre de controlo às 8h44 tendo mais tarde sido confirmado o seu despenhamento na localidade de Bishoftu, cerca de 50 quilómetros a sul do aeroporto de partida.

Entre as vítimas confirmadas pela Ethiopian Airlines está um cidadão de nacionalidade moçambicana, funcionário das Nações Unidas de acordo com o que o @Verdade apurou, e cidadãos de outras 34 nacionalidades: 32 quenianos, 18 canadianos, 9 etíopes, 8 chineses, 8 italianos, 8 norte-americanos, 7 franceses, 7 ingleses, 6 egípcios, 5 alemães, 4 indianos, 4 eslovacos, 3 austríacos, 3 russos, 3 suecos, 2 espanhóis, 2 israelitas, 2 marroquinos, 2 polacos, 1 cidadão do Djibouti, 1 indonésio, 1 irlandês, 1 norueguês, 1 ruandês, 1 saudita, 1 sudanês, 1 somali, 1 sérvio, 1 togolês, 1 ugandês, 1 yemenita, 1 nepalês, 1 nigeriano e ainda um ci-

dadão com passaporte das Nações Unidas.

O avião, parte da nova frota de Boeing 737-800MAX recebidos em Julho pela companhia aérea etíope, era comandado por um capitão com mais de 8 mil horas de voo e o co-



-piloto tinha 200 horas de voo.

Com o estatuto de melhor companhia aérea do continente africano nos últimos anos a Ethiopian Airlines tem um bom registo de segurança e uma frota de aviões novos.

No seu histórico constam dois acidentes relacionados com seques-

tros. Em 2010 um voo da companhia, estatal que partiu de Beirute, no Líbano, foi sequestrado e caiu no mar Mediterrâneo com 90 pessoas a bordo, sem deixar sobreviventes. Em 1996, outro voo que partiu de Adis Abeba com destino final Abidjan, na Costa do Marfim, caiu no mar por falta de combustível após ter sido sequestrado. Sobreviveram 52 de seus 172 ocupantes.

Lançado em 2017 o Boeing 737-800MAX, apresentado como sendo 15% mais eficiente em consumo de combustível comparado ao modelo da geração anterior, tem um registo trágico. Em Outubro de 2018 um jacto similar da companhia indonésia Lion Air caiu no mar 13 minutos após ter decolado de Jacarta, deixando 189 mortos.

Na sequência do acidente a Ethiopian Airlines decidiu suspender todos os voos programados para a sua frota de Boeing 737-800MAX. Decisão similar foi tomada pelas autoridades chinesas.

Diga-nos quem é o
XICONHOCA
da semana

Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 05 - Moçambique derrotado por Angola falha apuramento para o principal Mundial de hóquei em patins

Depois da incompetência de Moçambique em organizar o 1º Campeonato Africano de hóquei em patins e com uma preparação de menos de 3 dias era expectável que a selecção não conseguisse impor-se aos angolanos.

Podendo contar apenas com os cinco experientes internacionais a estratégia de Pedro Nunes foi defender à zona e procurar o golo em contra ataque. Carlos Silva, Mário Rodriguez, Bruno Pinto, Filipe Vaz e Filipe Nabais aguentaram 9 minutos de pressão alta da selecção anfitriã mas por ironia em contra ataque finalizou por Anderson Silva "Nery".

Jogando no pavilhão Multiúso do Kilamba, em Luanda, quase lotado a selecção da casa manteve a pressão e no minuto 12 ganhou mais uma disputa de bola pela esquerda, o esférico chegou a Humberto Mendes "Big" que isolado não falhou diante de Carlos Silva.

Pedro Nunes pediu um desconto de tempo e reviu a tática. Bruno Pinto mostrou que a partida não estava decidida, acertou no travessão com uma stickada de longe. A 4 minutos do intervalo Filipe Vaz marcou para Moçambique.

Mário Rodriguez aguentou a pressão por detrás da baliza angolana, esperou o seu companheiro aproximar-se e serviu Filipe que no meio de dois adversários stickou sem chances para Chico Veludo.

Depois do intervalo o seleccionador moçambicano manteve o cinco luso-moçambicano que iniciou o jogo e a partida manteve a toada de ataque lá, ataque cá. O experiente Mário Rodriguez tentou enganar o árbitro, simulando uma falta, mas acabou por ver um cartão azul e foi descansar a deixando "Ngonhamas" reduzidos a 4 jogadores. Os angolanos aumentaram a pressão mas Carlos Silva estava imperial defendendo até livre directo soberbamente marcado por Martin Payero.



Numa jogada que parecia inofensiva Mário Rodriguez ganhou a bola a meio campo, tinham decorrido os 2 minutos de suspensão temporária, disparou para a baliza, fintou o guarda-redes angolano e empatou. Fez-se o silencio no pavilhão Multiúso do Kilamba.

Sem opção para rodar o seu cinco os jogadores de Moçambique começavam a evidenciar algum cansaço, enquanto os angolanos mantinha a pressão alta e procuravam o golo de todas as formas. Numa jogada de insistência acabaram por voltar para a frente do placar graças a uma stickada do capitão André Centeno.

Embalados, tinha decorrido 10 minutos da 2ª parte, os angolanos ampliaram a vantagem. Forte stickada de Martin Payero, o guarda-redes Carlos Silva tentou defender mas a bola só parou no fundo da baliza.

Continuando a procurar o contra ataque os "Ngonhamas" mantinha-se na disputa pelo lugar na elite mundial. Mário Rodriguez foi travado e ganhou um penalti que no entanto não conseguiu transformar em golo, boa defesa do guarda-redes angolano.

Com 5 minutos para jogar o o guarda-redes luso-moçambicano, visivelmente casando, estendeu-se no chão após mais um ataque de Angola

e sem sofrer nenhuma falta, contudo os árbitros não pararam o jogo e João Pinto contornou a baliza e stickou para o 5-2.

Pedro Nunes ainda tentou lançar Alfredo Mandlate para o lugar de Carlos Silva na baliza mas o luso-moçambicano só saiu alguns segundos da quadra, não deixou que o jovem moçambicano sequer se estreasse.

Na frente Mário Rodriguez continuava a mostrar a sua classe e em esforço ganhou mais um penalti. A 3 minutos do fim deixou a Bruno Pinto a responsabilidade de marca-lo. O capitão dos "Ngonhamas" esperou o guarda-redes angolana mexer-se e stickou colocado para o 5-3.

"Há uma realidade completamente distinta entre o hóquei que se pratica na Europa e o hóquei que se pratica em África"

Depois a selecção de Angola jogou com o cronómetro e garantiu o seu apuramento para o principal Mundial de hóquei em patins que vai ser disputado em Julho próximo em Barcelona, na Espanha.

"A minha primeira palavra vai para os jogadores de Moçambique, heróis autênticos, cinco jogadores fizeram

50 minutos, nalguns momentos tivemos que jogar com algumas estratégias que eu não gosto particularmente mas que era muito importante para conseguirmos durar os 50 minutos, porque como eu disse ontem só assim é que poderíamos contrariar a melhor equipa de Angola. Acho que o conseguimos e a espaços poderíamos ter feito mais qualquer coisa, mas o cansaço e o esforço, os jogadores foram fantásticos e com uma atitude incrível", começou por afirmar o seleccionador nacional.

Pedro Nunes disse ainda, aos microfones da televisão pública de Angola, que só usou os cinco luso-moçambicanos no jogo decisivo porque: "Há uma realidade completamente distinta entre o hóquei que se pratica na Europa e o hóquei que se pratica em África, e nós temos que dar tempo ao tempo. Não tenho dúvidas que já se começa a fazer alguma coisa em África, não tenho dúvidas que existem jovens que com o seu tempo vão estar aqui dentro e poder demonstrar esse valor. Agora até lá não há milagres, se queres ganhar tens que jogar com os melhores".

Além dos cinco luso-moçambicanos fizeram parte da selecção de Moçambique Alfredo Mandlate, Michel Machavule, Manfrete Calange, Kevin Pimentel e Pedro Pimentel.

Com a desistência da África do Sul, por alegadas dificuldades financeiras, o 1º Africano de hóquei foi disputado por somente três selecções. Além de Angola e Moçambique participou o Egipto que começou por ser humilhado pelos anfitriões, por 30-0, e depois perdeu para os "Ngonhamas", por 12-2.

Com este derrota a selecção de Moçambique volta a disputar o grupo do B do Mundial, para onde não caía desde 2006. Após o 4º lugar de San Juan na Argentina os "Ngonhamas" foram 7ºs em Angola, em 2013, novamente 7ºs no Mundial da França, em 2015, e caíram para 8º na China, em 2017.

Porto de Maputo investe em novos equipamentos multi-uso para manusear cargas pesadas e contentores

O Porto de Maputo conta com mais dois novos guindastes móveis, com capacidade máxima de 144 toneladas cada, adquiridos no âmbito de um amplo programa de investimento em curso, para a ampliação e modernização da maior infraestrutura portuária do País.

Sociedade

O equipamento, inaugurado na sexta-feira, 8 de Março, pelo ministro dos Transportes e Comunicações, Carlos Mesquita, representa um investimento de 19 milhões de dólares norte-americanos e vai conferir uma maior eficiência e competitividade ao porto, traduzida em aumento de volumes manuseados, mais receitas, empregos gerados à montante e à jusante, entre outros efeitos positivos para a economia.

Para o titular da pasta dos Transportes e Comunicações "não há dúvidas que o investimento realizado terá um efeito multiplicador, não só nas operações do Porto de Maputo, como também na economia nacional e regional".

Como resultado da implementação do Plano Director do Porto de Maputo, aprovado pelo Governo em 2010, segundo referiu Carlos Mesquita, foram materializados inves-



timentos maciços que permitiram a dragagem, reabilitação de infra-estruturas e formação do capital humano especializado.

Num outro desenvolvimento, o go-

vernante explicou que, "segundo a tendência de 2017, o manuseamento de carga pela via ferroviária voltou a crescer em cerca de 50 por cento, em 2018, consolidando os melhores resultados conseguidos

em 2017 em que o volume ferroviário da principal carga manuseada pelo porto de Maputo cresceu em quase 100 por cento".

Estes resultados, conforme enfatizou o ministro, representam um enorme ganho para a economia nacional se tivermos em linha de conta que a retirada das rodovias, de carga tradicionalmente ferroviária, incrementa a competitividade das nossas infra-estruturas, para além de melhorar a fluidez do trânsito na N4, melhoria da segurança rodoviária, entre outros ganhos.

Como resultado dos investimentos realizados para o retorno da carga tradicionalmente ferroviária, transportada por via rodoviária, o porto passou a manusear, desde Janeiro desde ano, 204 vagões por dia, contra os anteriores 120 vagões, um salto que permitiu a retirada da N4 de mais de 25 mil camiões por ano.

Andreas Muller, director de vendas de guindastes móveis do porto da Liebherr-MCCtec, empresa alemã fornecedora do equipamento, referiu que as máquinas inauguradas no Porto de Maputo fazem parte do modelo com mais êxito no mundo, contando com mais de 200 unidades em vários portos internacionais.

"Faz agora três anos que vendemos as primeiras máquinas a Moçambique. Hoje em dia, existem cinco unidades no País, sendo que quatro funcionam no Porto de Maputo e uma no Porto de Nacala, na província de Nampula", disse Andreas Muller.

Trata-se, segundo explicou de máquinas multi-uso, que podem manusear cargas pesadas e contentores e podem custar entre quatro a cinco milhões de euros dependendo do modo do seu transporte.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

União Europeia promete 8,8 milhões de euros a Moçambique para viabilizar eleições gerais de 2019

A União Europeia (UE) prometeu disponibilizar 8,8 milhões de euros a Moçambique, na semana passada, para apoiar a realização das eleições presidenciais, legislativas e das assembleias provinciais agendadas para 15 de Outubro deste ano, disse um dirigente daquele organismo, em Maputo.

Texto: Redacção

O valor corresponde a pelo menos 616 milhões de meticals, muito longe de cobrir o défice de que as autoridades moçambicanas se queixam.

Há dias, o porta-voz da Comissão Nacional de Eleições (CNE), Paulo Cuínica, disse a jornalistas que as eleições gerais estão orçadas em 14.6 bilhões meticais, dos quais o Governo já disponibilizou 6.5 bilhões de meticais.

No dia 23 de Janeiro passado, o Presidente da República, Filipe Nyusi, afirmou que os moçambicanos “esperam o apoio de todos os parceiros para o sucesso” do escrutínio em apreço.

Em resposta às declarações do Chefe do Estado, o director-geral da Cooperação Internacional e Desenvolvimento da Comissão Europeia, Stefani Manservisi, tornou pública a intenção de ajudar ao país, após um encontro com a presidente da Assembleia da República (AR), Verónica Macamo, na última sexta-feira (08), na capital do país.

O interlocutor fez saber ainda que o apoio às eleições poderá aumentar em função da solicitação feita por Moçambique, mas para garantir que o escrutínio decorra dentro de padrões internacionalmente recomendados.

A UE apoia também o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) dos homens armados da Remano, para a paz efectiva.

Neste contexto, Stefani Manservisi comentou sobre os ataques em Cabo Delgado e defendeu o estudo profundo das causas que levam à violência. Acrescentou que a situação mancha a imagem de Moçambique no mundo.

Ainda na semana finda, UE comprometeu-se a disponibilizar um financiamento de 217 milhões de euros destinados à “promoção e facilitação do comércio, à gestão sustentável dos recursos naturais, à promoção da agricultura sustentável, ao agro-negócio e a reabilitação de estradas rurais”.

Para o efeito, Stefani Manservisi e o ministro moçambicano dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, José Pacheco, assinaram convenções de financiamento.

“Estamos a parcelar isto (Moçambique) para ter uma gestão pequena em vez de ser macro” afirma Presidente Nyusi que desafiou os edis a encontrarem soluções



O Presidente da República afirmou nesta segunda-feira (11) que com a descentralização “estamos a parcelar isto (Moçambique) para ter uma gestão pequena em vez de ser macro”. Filipe Nyusi desafiou cada um dos edis a arranjar soluções para os seus problemas: “Não pensem que há-de haver uma máquina do Estado central que vai fabricar empregos e dividir comida”.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Presidência da República

continua Pag. 08 →

Empresários moçambicanos assustados com aumento das Reservas Obrigatórias em divisas no BM

A Confederação das Associações Económicas (CTA) considera que a decisão do Banco de Moçambique (BM) de aumentar o coeficiente de Reservas Obrigatórias em moeda estrangeira de 27 para 36 por cento “pode constituir um susto para a economia” e por isso o sector que deveria ser produtivo, mas na realidade é rendeiro e revendedor apela “para um gradualismo para medidas futuras desta natureza”.

Texto: Adérito Caldeira

“O aumento da taxa de Reservas Obrigatórias em divisas há-de fazer com que as divisas na posse dos bancos comerciais sejam canalizadas para o banco central, ao fazer fazerem isso, teoricamente pensando, pode significar que há dólares que vão ser canalizados para o banco central, vão escassear no mercado e significa que a pressão sobre a moeda externa vai subir” analisou o presidente do Pelouro de Política Monetária da CTA, Bernardo Cumaio, em conferência de imprensa a propósito da decisão extraordinária que o BM tomou na passada quarta-feira (06).

Cumaio prevê que a decisão do Comité de Política Monetária (CPMO) do banco central deverá continuar a depreciar o Metical. “O nosso principal receio em relação a esta medida é de que, no curto prazo, a moeda nacional deprecie rapidamente e numa dimensão que não se possa reverter, sendo agravada pela tendência de depreciação do Metical face ao Dólar que temos verificado recentemente bem como a redução das

reservas internacionais líquidas, que até o início do mês de Fevereiro, ascendiam a USD 2.878 Milhões, correspondendo a uma redução de USD 35 Milhões face ao fecho do ano de 2018”.

“Por outro lado, entendemos que um aumento da taxa de reservas obrigatórias em moeda externa em 900 pontos base é demasiado elevado e pode representar um tremendo choque para o sector financeiro que, num período de tempo não muito longo, pode ser repassado para o sector produtivo.

Tendo em conta as decisões tomadas no CPMO havido no passado mês de Fevereiro, que davam indicações de um ambiente de estabilidade macroeconómica, uma medida drástica desta natureza, adoptada 1 mês depois da sessão anterior, pode constituir um susto para a economia. Por isso, no nosso entendimento, a medida poderia ter sido um pouco mais cautelosa, não pelo resultado que se pretende alcançar, mas pela percepção que esta medida lança

para a economia”, acrescentou o representante da maior associação de empresários moçambicanos.

Contudo o @Verdade entende que a Confederação das Associações Económicas chegou a estas conclusões partido de premissas equivocadas pois interpretou que a decisão do CPMO “foi motivada pelo agravamento das percepções dos riscos externos resultantes da aceleração do crescimento da economia norte americana e pelas tensões comerciais com a China”.

Economista do sector financeiro explicou ao @Verdade que o Comité de Política Monetária extraordinário deveu-se aos dados preliminares da balança de pagamento, que não estavam disponíveis quando se realizou o 1º Comité de Política Monetária de 2019, a 11 de Fevereiro passado, assim como o Instituto Nacional de Estatística não tinha divulgado os números das Contas Nacionais do 4º Trimestre que mostraram a economia moçambicana em desaceleração.



→ continuação Pag. 07 - "Estamos a parcelar isto (Moçambique) para ter uma gestão pequena em vez de ser macro" afirma Presidente Nyusi que desafiou os edis a encontrarem soluções

Discursando na abertura da X Reunião dos Municípios, 20 anos depois do início da descentralização municipal em Moçambique, o Chefe de Estado começou por tentar dar lições de moral aos presidentes dos conselhos autárquicos: "governar hoje é ciência, não se faz só com vontade simples ou esperteza, é preciso respeitar alguns procedimentos".

"O lema deste encontro sublinha a necessidade de uma governação íntegra baseada na transparência participativa e inclusiva, e esta reunião ocorre num momento político em que reiteramos o nosso compromisso de combate a corrupção como o mais urgente e vital de todos os desafios em prol da edificação de uma Administração Pública íntegra que busca resultados positivos na sua actuação", acrescentou Nyusi falando para uma plateia de edis só do partido Frelimo.

De alguma forma alheando-se que o partido que dirige é que trouxe a corrupção para Moçambique e a enraizou em todos os sectores de governação o Presidente declarou que: "Há muita corrupção nas autarquias, os processos são muitos e nós não temos espaço para poder recolher as pessoas que fazem isso. Não foram eleitos para irem abusar o poder nem sequer para usar o bem comum ou público".



isso que quem está em Tambara facilmente pode contribuir, quem está em Moma precisa de resolver daquele sítio, e cada um se estiver a resolver o problema do sítio onde está estaremos a resolver problemas de Moçambique", disse o Filipe Nyusi.

"Não podemos andar a proclamar mais municípios quando a capacidade da sua existência ainda é menor"

Em tempos de crise o estadista desafiou aos representantes dos municípios a não esperarem por soluções do Governo. "Não pensem que há-de haver uma máquina do Estado central que vai fabricar empregos e dividir comida, sentem aqui

"Eu tenho dado muitas vezes o exemplo da cidade de Maputo que não espeço como nós temos nas outras cidades para produzir mas produz muitos hectares do que até a área que tem, é simples, porque não produz uma vez. Quando faz alface faz quatro vezes por ano por exemplo e multiplica aquele hectare e ficam 4 hectares, enquanto que nós com muita terra produzimos uma vez. É bom sabermos que nos nossos municípios nós podemos ajudar a resolver muitos problemas apostando na agricultura", divagou o Chefe de Estado.

O Presidente Nyusi acrescentou que "o reforço da capacidade de colecta de receitas municipais, isso é importante", e reconheceu que o seu Governo foi incapaz de continuar a realizar a descentralizar municipal gradual: "deveríamos ter feito mais 10 mais 10 como foi fei-

to até 2013, mas precisamos de trabalhar para que esses municípios sejam sustentáveis, não podemos andar a proclamar mais municípios quando a capacidade da sua existência ainda é menor".

"Descentralizar responsabilidades sem se certificar de que existe capacidade para lidar com elas e as executar não é responsável"

Os desafios e recados deixados pelo estadista moçambicano corroboram a tese dos académicos Armin von Schiller, Salvador Forquilha, Saida Bunk, Dominique Klawonn, Jonathan Krull, Alina Sennewald, Conrad Steinhilber e Juliane von Boeselager que num artigo inserido no livro "Desafios para Moçambique 2018" concluíram "os municípios estão cientes da quantidade de receita potencial que estão a perder e de estra-

tégias para melhorar a sua cobrança".

Os investigadores do do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), que trabalharam com 11 municípios moçambicanos, constataram que além dos municípios terem "grandes problemas de capacidade humana e infra-estrutura. O grande investimento inicial necessário para começar a cobrar sistematicamente fontes de receita específicas é especialmente problemático".

"Sobrecarregar os municípios e criar a imagem de municípios com mau desempenho não é positivo para ninguém e pode ter efeitos negativos sobre o processo de descentralização em geral e em dimensões que vão muito além da dimensão fiscal", argumentam os académicos que defendem: "descentralizar responsabilidades sem se certificar de que existe capacidade para lidar com elas e as executar não é responsável. Há, portanto, uma necessidade óbvia de um plano para apoiar o reforço das capacidades administrativas dos municípios moçambicanos".

Estas conclusões académicas foram de certa forma exteriorizadas por alguns dos presidentes dos conselhos autárquicos nas sessões plenárias que se seguiram ao discurso do Chefe de Estado. Calisto Cossa, o reeleito edil do município da Matola, pediu mesmo ao Tribunal Administrativo "assistência técnica para além de todo o apoio que o Ministério da Administração Estatal já dá".



"A descentralização está neste sentido, estamos a parcelar isto para ter uma gestão pequena em vez de ser macro. Cada região tem as suas características, os problemas de Angoche não hão-de ser naturalmente iguais aos problemas de Tambara por

no meu município na Matola, aqui na Manhica e pensem onde estou como contribuir para que os jovens desse município consigam se realizar. E por ser um ambiente pequeno é fácil encontrar algumas soluções, do que quando o ambiente é grande".



ANUNCIE AQUI
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais
pelo e-mail averdademz@gmail.com

@Verdade
O Jornal mais lido em Moçambique.



Brevemente serão sancionados servidores públicos que não cumprem dever de declaração de património, avisa PGR Adjunto

O Procurador-Geral da Adjunto da República de Moçambique lembrou aos servidores públicos que ao assumirem o cargo devem declarar o seu património privado. "A Administração Pública está a organizar-se para brevemente começar a sancionar", avisou Taíbo Mucobora em entrevista ao @Verdade.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

continua Pag. 10 →

Governo congela fundos para estradas nos municípios até que "libertem as áreas de reserva"

O ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos anunciou nesta terça-feira (12), durante a X Reunião Nacional das Autarquias Locais, que o Governo poderá congelar os fundos de construção de estradas nos municípios "até que estes se organizem e libertem as áreas de reserva". João Machatine disse aos presidentes dos conselhos autárquicos que devem planificar as áreas urbanas num horizonte temporal de 20 a 30 anos.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

Falando sobre os investimentos em infra-estruturas nos municípios o titular das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos destacou a necessidade de planificação das áreas urbanas com antecedência, salvaguardando as áreas de reserva para a expansão de serviços e desenvolvimento de programas tanto habitacionais como outros de utilidade pública.

Machatine apelou que na elabo-

ração do planos de urbanização e concessões das autorizações para a construção de habitações e infra-estruturas, não se deve ocupar as zonas de protecção das estradas classificadas e urbanas e evitar ocupação da margens dos rios, lagos e albufeiras particularmente as áreas reservadas a captações de água para o abastecimento humano, para evitar poluição do recurso, por um lado e mitigação dos efeitos das cheias por outro lado.

João Machatine precisou que: "A lei de terras e a política de estradas impõe que estabeleçamos áreas de reserva, que tem como objectivo garantir a segurança rodoviária e segundo permitir caso haja necessidade de fazer alguma expansão da rede nós possamos usar estas áreas. Mas temos estado a assistir que os nossos municípios não tem estado a respeitar esta prática e vezes sem conta assistimos ao longo dos vários municípios a

ocupação das áreas de reserva, até em alguns casos mesmo a ocupação das faixas de rodagem".

"Por não haver este cumprimento por parte dos municípios estamos a gastar muito dinheiro com as indemnizações e com as demolições, são 25 a 30 por cento do investimento a fazer quando queremos ampliar as nossas estradas. Então chegamos a con

continua Pag. 10 →



→ continuação Pag. 09 - Brevemente serão sancionados servidores públicos que não cumprem dever de declaração de património, avisa PGR Adjunto

Em vigor há 7 anos a Lei da Probidade Pública dispõe no artigo 57 que o servidor público, ao assumir o cargo, deve declarar, sob juramento, os seus direitos, rendimentos, títulos, acções ou de qualquer outra espécie de bens e valores localizados no País ou no estrangeiro que constituem seu património privado.

Igualmente, a alínea q) do nº 2 do artigo 45 do Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado (EGFAE), aprovado pela Lei nº 10/2017, de 1 de Agosto, obriga aos dirigentes do Estado a apresentarem a declaração dos seus bens patrimoniais, nos termos da lei, recordou nesta terça-feira (12) o Procurador-Geral da Adjunto diante de uma plateia repleta de presidentes e outros servidores públicos dos órgãos autárquicos eleitos em 2018 e recentemente empossados.

“O exercício de funções públicas está sujeito a declaração de património, em condições normais eu não posso exercer sem declarar” deixou claro Mucobora alertando que “o que acontece na verdade é que vamos perdoando, mas vai acabar porque já estão a preparar lá o decreto que vai resolver isso, daqui a pouco vamos dizer pare de exercer e os actos são nulos”.

O representante do Ministério Público explicou ao @Verdade, à margem da X Reunião Nacional das Autarquias Locais que decorre em Maputo, que: “Se existir um gestor que não declarou deve imediatamente, obviamente cumprindo os prazos, fazer a Declaração. Quem não o fizer tem que ser denunciado para se aplicarem as medidas apropriadas”.

“A própria Lei da Probidade tem sanções previstas, o conjunto do nosso ordenamento jurídico tem medidas para serem aplicadas. O que nos falta é o controlo de saber quem aplicou, mas o Ministério Público e o Tribunal Ad-



ministrativo, que têm a responsabilidade de receberem já estão a fazer esse controlo mas até hoje é um controlo que não é definitivo, há sempre uns que tomam posse outros que cessam mas há este esforço, é um processo”, reconheceu Taíbo Mucobora.

O Procurador-Geral da Adjunto revelou ainda que: “A Administração Pública está a organizar-se para brevemente começar a sancionar. Como sabe uma das sanções é a privação de salários, ora

para isso é preciso um sistema electrónico. É preciso criar-se um instrumento que clarifica bem como é que isso vai ser feito, e esse instrumento está a caminho”.

“Nós temos gestores que ao invés de gerirem os bens para a satisfação do interesse público apropriam-se dos bens para os seus próprios interesses”

No entanto Mucobora não

soube precisar quando as sanções irão iniciar, “não tenho datas mas está-se a trabalhar para que haja um instrumento que cuide das regras das sanções no que diz respeito aos salários”.

O @Verdade apurou que no caso dos autarcas e servidores dos órgãos municipais o processo é mais demorado pois até hoje a sua gestão não é executada através da Plataforma electrónica do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE).

Ainda assim o magistrado enfatizou na sua apresentação a necessidade dos membros e titulares de órgãos Públicos gerirem o bem comum com integridade e com ética. “Porque os recursos financeiros vêm do povo que paga imposto, o gestor é simples fiel e depositário que tem que gerir atendendo a transparência, atendendo as necessidades do cidadãos”.

“E um dos princípios fundamentais que o Estado encontrou para proteger o Bem Público é a obrigatoriedade de declarar os Bens. Todos aqueles que a lei menciona devem declarar os rendimentos, o seu património para proteger o Bem o Público e para proteger a eles como gestores públicos, isso é fundamental. O cidadão deve sentir confiança naquele que ele escolheu para dirigir os seus destinos. A realidade hoje que nos oferece é que nem sempre isso acontece, nós temos gestores que ao invés de gerirem os bens para a satisfação do interesse público apropriam-se dos bens para os seus próprios interesses, o que é inaceitável numa sociedade como a nossa: democrática onde a lei deve imperar”, acrescentou Taíbo Mucobora.

O nº 1 do artigo 3, do Decreto nº 27/2014 estipula a Declaração inicial de património deve acontecer em 45 dias seguintes a investidura no cargo ou função para a qual foi eleito ou nomeado e para os servidores no activo deve ser efectuada uma actualização até ao dia 31 de Março de cada ano.

Após cessarem funções os membros e titulares de órgãos Públicos tem até 60 dias, a contar da cessação de funções que determinaram a apresentação da declaração inicial, para apresentar uma declaração final, actualizada, reflectindo a evolução patrimonial no decurso do mandato a que respeita.

→ continuação Pag. 09 - Governo congela fundos para estradas nos municípios até que “libertem as áreas de reserva”

clusão de que aquilo que nós colocamos à disposição dos municípios para a manutenção da rede viária acaba não trazendo o retorno desejado porque os impactos decorrentes da ocupação das zonas de reserva reduzem a disponibilidade de fundos para o investimento”, constatou.

O ministro anunciou que “como forma de pressão nós iremos congelar os fundos para os municípios até que estes se organizem e libertem as áreas de reserva para que nós possamos desencadear as nossas actividades tranquilamente, para que possamos garantir a durabilidade das nossas infra-estruturas. Porque a ocupação destas áreas também concorre para a degradação precoce das nossas infra-



-estruturas quer viárias assim como hidráulicas”.

ANUNCIE AQUI
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail
averdademz@gmail.com



O Jornal mais lido em Moçambique.

Estado assume gestão das Águas da Região de Maputo



O Estado moçambicano assumiu semana finda a gestão da Sociedade Águas da Região de Maputo, S.A., (AdeM) que desde 1999 estava entregue a privados. O @Verdade apurou que o Conselho de Administração, dirigido por José Ferrete, e cujo mandato terminava em Junho próximo, foi substituído. “No quadro da gestão delegada a perspectiva é continuar a gestão privada”, esclareceu o director-geral do Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água, Pedro Paulino, perspectivando que: “A ideia é que o FIPAG deixe de ser o maior accionista”.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: AdeM

continua Pag. 12 →

Em “prova oral” primeiro- ministro reitera “interacção com os credores” das dívidas ilegais da Proindicus, EMATUM e MAM

O primeiro-ministro assinalou nesta quarta-feira (13) que as detenções ordenadas pela Justiça norte-americana e pela Procuradoria-Geral da República (PGR) “estão a ser tidos em conta” porém o Governo mantém a vontade de pagar as dívidas ilegais das empresas Proindicus, EMATUM e MAM por isso continua “na interacção com os credores”.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: GPM

Carlos Agostinho do Rosário confirmou o “pedido de cancelamento da Garantia Soberana associada a dívida sindicada da Proindicus” por parte da PGR, disse estar a par das detenções preventivas de cidadãos nacionais que alegadamente beneficiaram dos dinheiro dos empréstimos ilegais e das acções da Justiça norte-americana, que pretende julgar cidadãos moçambicanos, banqueiros e fornecedores dos barcos, no entanto o Executivo que coordena mantém vontade de pagar as dívidas.

“Os últimos desenvolvimentos a nível das instituições da justiça nacional e internacional, relacionados com o dossier da dívida, trazem novos elementos, que estão a ser tido em conta na interacção com os credores e outras instituições internacionais”, declarou na primeira “prova oral” da IX Sessão Ordinária da VIII Legislatura da Assembleia da República em resposta a Bancada Parlamentar do MDM que quer saber se o Governo “vai continuar com o processo de reestruturação das dívidas ilegais avaliadas em 2.2 biliões de dólares norte-americanos, e se o País vai pagá-las?”.

Relativamente a pergunta da Bancada Parlamentar do partido Renamo, sobre “que medidas está o Governo a tomar para tratar e compensar as vítimas dos baleamentos e que diligências estão em curso sobre os cidadãos que foram detidos pela Polícia da República de Moçambique?”, o ministro da Agricultura e Segurança Alimentar explicou que essas “vítimas” atacaram os fiscais do Parque Na-



cional da Gorongosa e são “prevaricadores reincidentes” da caça ilegal, pesca e agricultura dentro de uma área protegida que é o Parque Nacional da Gorongosa.

Higino Marrule revelou que da acções de populações, entre Setembro e Novembro de 2017, perderam-se, em média, 30 hectares por mês.

“Temos cerca de 1.583 quilómetros de estradas intransitáveis”

A solicitação da Bancada Parlamentar do partido Frelimo de informações sobre “o impacto destes fenómenos calamitosos, as medidas de resposta incrementadas para mitigar o seu efeito, repor as

infra-estruturas destruídas, conter a erosão, elevar o nível de cobertura do abastecimento de água potável, prevenir as doenças de origem hídrica e reduzir a vulnerabilidade do País a estes fenómenos da natureza”, responderam os ministros da Administração Estatal e Função Pública e das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos.

Carmelita Namashulua discorreu sobre a situação de emergência conhecida, em resultado da época chuvosa e da falta de precipitação no Sul de Moçambique, e aproveitou para exortar “ao sector privado, a sociedade civil, a população em geral e os parceiros de cooperação para continuarem a manifestar a sua solidariedade”, afinal o défice do Executivo não é de apenas 1,1 bilião de meticais mas de 2 biliões de meticais.

“Temos cerca de 1.583 quilómetros de estradas intransitáveis, representando 5,3 por cento nas províncias de Sofala, Tete, Zambézia, Niassa e Cabo Delgado. Em termos de infra-estruturas de estradas registamos até ao momento a destruição de 77 aquedutos, 11 pontes e 10 drifts”, afirmou João Machatine que aproveitou ainda para enumerar as poucas realizações que o seu ministério conseguiu materializar desde que a crise económica iniciou em 2016, após da descoberta das dívidas ilegais.

Entretanto a Sessão de Informações do Governo foi interrompida antes da hora prevista, devido a problemas no sistema sonoro da Assembleia da República.



A verdade em cada palavra.



→ continuação Pag. 11 - Estado assume gestão das Águas da Região de Maputo

Responsável pela gestão e exploração dos serviços de abastecimento de água às cidades de Maputo, Matola e Boane há cerca de 20 anos as AdeM são uma das poucas empresas que presta serviço público sem precisar de injecções financeiras do Governo e, mesmo sem dar lucros, não tem um passivo elevado junto à banca e gera as receitas necessárias para o seu pleno funcionamento.

Com a explosão urbana nas cidades de Maputo e Matola a água potável cujas tarifas tinham apenas o propósito de recuperar os custos da sua produção e distribuição tornou num negócio rentável e com um potencial de lucro exponencial.

O @Verdade apurou que na semana passada, sem nenhuma informação pública nem procedimentos formais, o Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água (FIPAG), accionista maioritário, decidiu alterar o Conselho de Administração liderado por José Ferrete que estava em funções desde Julho de 2016. Ferrete foi substituído por Elias Machava, que até a data desempenha era director de planificação desenvolvimento no FIPAG.



Para ocupar o cargo de Administrador de Produção e Suporte Técnico, anteriormente ocupado por Gildo Timóteo, foi indicado Henry Cossa enquanto para o lugar de Estaline Machoe, Administrador comercial, foi nomeada Elsa Gumancave.

A Águas da Região de Maputo, uma sociedade onde são accionistas o FIPAG e a MAZI, herdou a distribuição de água, facturação e atendimento de clientes em Maputo, Matola e Boane em 2011 ao abrigo de um Contrato de Cessão rubricado em 1999 entre o Estado e a Águas de Moçambique, SARL, um sociedade comercial entre a

francesa SAUR International e a MAZI.

O Contrato de Cessão inicial foi de 15 anos porém em Novembro de 2014 o Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água e as AdeM estenderam-no até Novembro de 2019.

“A ideia é que o FIPAG deixe de ser o maior accionista”

Entrevistado pelo @Verdade o director-geral do FIPAG esclareceu que “o que nós pretendemos foi reforçar, estamos a entrar para um momento particular de fim

de contrato então há aspectos particulares de valência das pessoas que devem ser aprimorados”.

Pedro Paulino disse ao @Verdade que os funcionários do FIPAG vão assegurar o período de transição no entanto “ainda não está bem definido” até quando nem como será feita a gestão futura da Águas da Região de Maputo.

Contudo Paulino revelou que: “No quadro da gestão delegada a perspectiva é continuar a gestão privada. Para isso tem que haver um

momento em que se lança um concurso público. A ideia é que o FIPAG deixe de ser o maior accionista”.

O @Verdade entende que a intervenção do Estado numa empresa em boa saúde financeira e com potencial de geração de receitas perspectiva a entrega do negócio a privados moçambicanos. Aliás a MAZI, accionista minoritário desde 1999, é uma sociedade de empresas nacionais que envolve importantes membros do partido Frelimo e já possui 27 por cento da Sociedade Águas da Região de Maputo.



Nyusi aposta na política da cerveja e futebol para novo mandato

Filipe Nyusi, que no início da semana disse aos presidentes dos conselhos autárquicos que governar é uma ciência, renovou a sua aposta de cerveja e futebol para garantir a sua vitória nas Gerais de 2019 desafiando a Heineken a pagar os custos do Moçambola. São dezenas de milhões de meticais que seriam melhor investidos em escolas ou hospitais que o Governo não tem conseguido construir.

Discursando nesta quarta-feira (13), pouco depois de inaugurar a fábrica que a cervejeira holandesa edificou no distrito de Marracuene, o Presidente da República e candidato do partido Frelimo a um segundo mandato disse ter pedido aos responsáveis da empresa, que muitos benefícios fiscais obteve do Estado, apoio financeiro para viabilizar o campeonato nacional de futebol da 1ª divisão.

“No que tange a responsabilidade social eu ainda introduzi um tema aqui a família Heineken, agora na mesa, e também aos gestores, que todo o povo moçambicano clama por um campeonato nacional onde as 16 equipas, ou 14, jogam umas contra as outras, que tal ser o patrono a Heineken viabilizando este projecto”, revelou Nyusi que no início da semana havia dito aos presidentes dos conselhos autárquicos que governar agora é uma ciência.

Na verdade a maioria do povo não está preocupado com a falta de futebol, diga-se que outras modalidades que custam muito menos dão mais alegrias do que o chamado “desporto rei”, mas antes com a falta de escolas secundárias que o Governo de Nyusi não conseguiu construir obrigando quase meio milhão de alunos a deixarem de estudar. Os moçambicanos precisam de hospitais pelo menos nos 16 distritos que Filipe Nyusi prometeu construir até 2019, nos 4 anos passados edificou apenas 2.

A aposta de Nyusi, e do partido Frelimo, na cerveja, único produto que não aumentou de preço desde o início da crise e que a Heineken conseguiu lançar no mercado a um custo mais barato do que a concorrência, e no futebol é comparável a política do



Império Romano.

Diante de problemas sociais como, por exemplo, o desemprego e falta de educação, condições impróprias para uma habitação digna e o excesso de corrupção nos gestores públicos a estratégia dos políticos romanos era distribuir pão e organizar jogos de circo, no caso de Moçambique o cereal distribuído é a cevada ou milho em forma de bebida alcoólica e a diversão deverá acontecer nos campos de futebol.

Mundo

Poluição do ar mata mais pessoas do que o tabaco, dizem cientistas

A poluição do ar está a matar mais pessoas anualmente do que o tabaco, segundo uma pesquisa publicada nesta terça-feira que pediu acções urgentes para acabar com a queima de combustíveis fósseis.

Texto: Agências

Pesquisadores da Alemanha e do Chipre estimaram que a poluição do ar causou 8,8 milhões de mortes em 2015 — quase o dobro das 4,5 milhões estimadas anteriormente.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que o tabaco mata cerca de 7 milhões de pessoas em todo o mundo anualmente.

Os pesquisadores descobriram que na Europa —foco principal da pesquisa da Sociedade Europeia de Cardiologia— a poluição do ar provocou estimadas 790 mil mortes, entre 40 e 80 por cento delas por doenças cardiovasculares, como infartos e derrames.

“Como a maior parte da matéria particulada e outros poluentes do ar na Europa vêm da queima de combustíveis fósseis, precisamos migrar para outras fontes de geração de energia urgentemente”, disse o professor e coautor Jos Lelieveld, do Instituto de Química Max-Planck de Mainz e do Instituto Nicosia de Chipre.

“Quando usamos energia limpa e renovável, não estamos só cumprindo o Acordo de Paris para mitigar os efeitos da mudança climática, também poderíamos diminuir as taxas de mortalida-

de ligadas à poluição do ar na Europa em até 55 por cento”.

O estudo, publicado no periódico científico European Heart Journal, se concentrou no ozônio e nas menores partículas poluentes, conhecidas como PM2,5, que são especialmente danosas à saúde, já que conseguem penetrar os pulmões e podem até chegar à corrente sanguínea.

Os pesquisadores disseram que novos dados indicam que o impacto negativo das PM2,5 à saúde —a principal causa de doenças respiratórias e cardiovasculares— é muito pior do que se pensava antes. Eles pediram uma redução do limite máximo de PM2,5 na União Europeia, que atualmente é de 25 microgramas por metro cúbico, 2,5 vezes maior do que a diretriz da OMS.

“Na Europa o valor permitido máximo... é alto demais”, disseram Lelieveld e o professor e coautor Thomas Munzel, do Departamento de Cardiologia do Centro Médico da Universidade de Mainz, na Alemanha, num comunicado conjunto.

“O fumo é evitável, mas a poluição do ar não é”.

Moçambique em alerta vermelho pela iminência de Ciclone e déficit de 2 bilhões para assistência humanitária de mais de 600 mil pessoas

O Conselho de Ministros decidiu activar o alerta vermelho para a Região Centro de Moçambique, onde muita chuva tem caído e está na iminência de ser fustigada por um Ciclone Tropical. Para continuar a assistência humanitária às mais de 600 mil vítimas da época chuvosa normal e da insegurança alimentar devido a fraca precipitação o INGC precisa de 2 bilhões de meticais, que o Governo não tem.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: INGC

As chuvas que têm caído nas províncias de Sofala, Tete e Zambézia que causaram de cheias urbanas nas cidades da Beira, Quelimane e Tete, fizeram também transbordar as bacias do Licungo e Zambeze, causando inundações nos distritos de Maganja da Costa e Namacurra; condicionando a transitabilidade entre Mocuba-Maganja da Costa e Mocubela-Maganja da Costa; e levaram a água a galgar os diques de Munda-munda, Moineia e Nante.



O Instituto Nacional de Meteorologia prevê que até ao próximo dia 24 chuvas

fracas a moderadas, localmente fortes deverão cair em várias regiões de Moçambique, com maior destaque para as províncias de Sofala, Zambézia e Manica, onde a precipitação poderá atingir os 200 a 300 milímetros devido a passagem do Ciclone Tropical IDAI.



Estas chuvas e ventos fortes, diga-se normais para a época que dura até final de Março, aliadas ao sismo e a Tempestade tropical Desmond registados no Centro de Moçambique assim como a seca que continuar a flagelar o Sul do

país colocaram em situação humanitária urgente pelo menos 574 mil pessoas as quais o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) prevê que se somem 80 mil famílias que serão afectadas pelo “olho” Ciclone IDAI a partir de quinta-feira (14).

“Nós fizemos um Plano de Contingência cujo valor global era 1,3 bilhões de meticais, até ao momento o que foi disponibilizado foram duzentos e poucos milhões portanto continuamos com aquele déficit” declarou ao @Verdade Augusta Maíta, a directora-geral do INGC, tendo revelado que para a assistência humanitária dos afectados pelas chuvas, ventos e inundações da última semana no Centro de Moçambique assim como as previsíveis vítimas do Ciclone IDAI a instituição precisa de mais 1,1 bilhão de meticais.

Augusta Maíta explicou no entanto que esse déficit “reduz-se não necessariamente por transferência bancária mas a

medida que as quantidades de bens e alimentos vão sendo disponibilizados também pelos Parceiros”.



O balanço do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades indica que desde Outubro de 2018 até ao domingo (10) pelo menos 66 cidadãos perderam a vida em consequência directa da época chuvosa, 111 ficaram feridos, mais de 14 mil casas haviam ficado destruídas parcial ou completamente, 18 Unidades Sanitárias foram afectadas assim como 153 escolas e 95 igrejas.

Reforço do transporte de passageiros e mercadorias: Mesquita anuncia aquisição de mais 90 carruagens e 5 locomotivas

O Governo, através da empresa CFM-Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, vai adquirir, ainda este ano, um total de 90 carruagens e cinco locomotivas adicionais, para o reforço do transporte de passageiros e mercadorias, nos sistemas ferroviários Sul e Centro.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Esta informação foi revelada, na segunda-feira, 11 de Março, em Maputo, pelo ministro dos Transportes e Comunicações, Carlos Mesquita, à margem da 10ª Reunião Nacional das Autarquias Locais.

Abordado por jornalistas, após dissertar sob o tema “mobilidade e acessibilidade urbanas”, Carlos Mesquita disse que a perspectiva é de que os referidos equipamentos estejam disponíveis e em circulação já no terceiro trimestre do ano em curso.



“Há três anos, fizemos um investimento nos sistemas ferroviários Sul e Centro, nomeadamente nas linhas férreas de Goba, Ressano Garcia, Chicualacuala, Sena e Marromeu, mas temos estado a notar que a procura ainda é muito elevada, o que é bom, pois reduz a pressão sobre as estradas, diminuindo, deste modo, o nível de acidentes rodoviários, para além de permitir que a população transporte maior quantidade de mercadorias

a preços extremamente acessíveis”, referiu o governante.

Tendo em consideração estes factores, conforme indicou o ministro, o Governo decidiu avançar na aquisição de 90 carruagens e cinco locomotivas, para os sistemas Sul e Centro, num projecto executado em colaboração com o governo da Índia e enquadrado no âmbito do Programa Quinquenal e o Plano Económico Social (PES) de 2019.

Muito recentemente foi feita a definição das especificações das referidas carruagens, que serão maioritariamente de terceira classe, com um número considerável de segunda e primeira classes, para conferir mais conforto e comodidade aos utentes.

A propósito, Carlos Mesquita explicou que, do lote de 90 carruagens, constam algumas carruagens-restaurantes. A ideia é que cada comboio de passageiros passe a contar com uma carruagem-restaurante.

“Isso vai fazer com que todos os passageiros a bordo possam ter facilidades na aquisição de alimentos, devidamente, confeccionados, assim como a criação de condições para o aquecimento da água para a preparação do leite para os bebés, entre outras necessidades logísticas, uma vez que algumas viagens são longas e chegam a durar, nalguns casos, acima de seis horas”, concluiu.

Vandalização das condutas de distribuição de água origina perdas acima de 35 milhões de litros

A Águas da Região de Maputo (AdeM) registou, em 2018, perdas, na ordem de 35.481.800 litros, em consequência da vandalização das condutas de água da rede de distribuição deste precioso líquido, nas cidades de Maputo, Matola e a vila de Boane, na província de Maputo.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

Esta acção contraproducente, representou um prejuízo de 1.126.901,97 meticais, sem contar com os custos da mão-de-obra e dos materiais utilizados na reposição da tubagem sabotada, para além de comprometer a capacidade de distribuição pela AdeM.

De acordo com Roberto Tchale, gestor técnico da Área Operacional de Laulane da AdeM, este fenómeno ocorre com maior incidência nas extremidades da rede e nos locais onde existe irregularidade no abastecimento da água, devido à falta deste recurso no rio Umbelúzi, que abastece as cidades de Maputo, Matola e a vila municipal de Boane.

“Alguns populares, de entre os quais alguns clientes da empresa, têm cortado os tubos para encher os seus baldes ou tambores. Inclusive, existem casos em que são alguns proprietários de camiões-tanque que vandalizam a rede, à noite, para encher os depósitos, com a finalidade de revender a água”, explicou.

Esta situação, segundo referiu Roberto Tchale, para além de criar avultados prejuízos ao Estado, atenta, igualmente, contra a saúde pública: “Quando as condutas de águas são cortadas em pontos insalubres, onde existe uma concentração de lixo, os dejectos orgânicos entram na rede, nos momentos de interrupção da distribuição”, explicou o gestor técnico da AdeM acrescentando que, ao se retomar a distribuição, a água contaminada é conduzida para as torneiras dos consumidores, podendo ocasionar doenças infecciosas.

Para o gestor técnico da AdeM, a consciencialização é a chave para a solução deste problema, sobretudo neste contexto de escassez da chuva que se regista no sul do País: “As pessoas não têm consciência de que a água é cara e tão escassa, daí que é imperiosa a valorização da pouca quantidade disponível, de modo a permitir que possam beneficiar-se dela”, indicou.

Num outro desenvolvimento, Roberto Tchale enfatizou a ocorrência de muitos casos de furto de água e que as pessoas ainda não têm a noção dos prejuízos que a vandalização da rede acarreta.

Torneiras debaixo das camas

“No ano passado, fizemos um trabalho de sensibilização nos bairros Polana Caniço A e B, na cidade de Maputo, e constatámos casos de famílias que possuem torneiras debaixo das camas, ou em outros lugares escondidos, só para não serem facturadas”, sublinhou.

Importa realçar que a AdeM está a promover uma campanha de sensibilização, que incorpora várias acções desde peças teatrais para o uso racional da água e promoção de boas práticas com vista à gestão eficiente do líquido precioso, divulgação de vídeos e spots de rádio, numa iniciativa denominada “Poupar água é valorizar a vida”, produção e distribuição de folhetos informativos, com mensagens sobre o uso racional da água, consciencialização através dos órgãos de comunicação social e palestras educacionais.

Pacheco avisa edis têm de ter credencial para assinarem instrumentos jurídicos com outro Estado

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação avisou aos presidentes dos conselhos autárquicos, recém empossados, sobre a necessidade de possuírem uma credencial “quando forem confrontados com o interesse de se assinarem instrumentos jurídicos que vinculam o território ou parte do território nacional a um relacionamento com outro Estado”.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

Intervindo na X Reunião Nacional de Autarquias Locais, que decorre em Maputo, José Pacheco disse na passada terça-feira (12) que “qualquer acordo internacional que é assinado, independentemente de quem toma a iniciativa tem que ser do interesse do nosso país, o nosso interesse nacional tem primazia em qualquer instrumento jurídico”.

Para uma plateia repleta de autarcas, Administradores distritais e Governadores provinciais o titular dos Negócios Estrangeiros chamou atenção que mesmo “as visitas oficiais que são realizadas, tanto de entidades nacionais para o exterior ou entidades que nos visitam, são na base de um regulamento específico”.

Falando sobre as “Normas e Procedimentos Diplomáticos, Jurídicos e Protocolares” o ministro Pacheco deixou claro que: “Apenas o Presidente da República e entidade competente para cuidar de matérias de relações internacionais possuem plenos poderes para assinarem instrumentos jurídicos internacionais que vinculem a República de Moçambique sem credenciais, todos os demais dirigentes só podem assinar acordos internacionais se estiverem devidamente credenciados para o efeito”.

“Já tivemos situações de que compatriotas nossos, por razões várias, viajaram para o exterior, abriu-se uma oportunidade de relacionamento e



assinaram os documentos com organizações e com outros Estados, sob o ponto de vista jurídico aqueles instrumentos são

nulos, lá fora ou aqui dentro”, revelou José Pacheco sem precisar que servidores públicos praticaram esses actos.

Visando muito provavelmente os edis da Beira e de Quelimane, ausentes, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação declarou: “É verdade que Vossas Excelências são órgãos eleitos, gozam de independência estabelecida nos instrumentos que determinam a vossa missão, mas não se sintam quistos na relação com o vosso órgão. Naturalmente que quem está na cidade da Matola, não se sintam quisto porque lá existem vários órgãos do Estado, existe um Governador a quem dar uma informação prévia sobre os actos que praticam pode evitar situação de colisão ou de sobreposição de eventuais impedimentos que queriam evitar com as suas congéneres de outros Estados”.

Lançada Plataforma de Pagamento Móvel de Contribuições dos Trabalhadores por Conta Própria

O Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MITESS), através do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), lançou, na quinta-feira, 14 de Março, em Maputo, uma Plataforma de Pagamento Móvel de Contribuições dos Trabalhadores por Conta Própria (TCP), que permite a esta classe trabalhadora pagar as suas contribuições, de forma célere e sem sair do seu ambiente de trabalho.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Trata-se de uma ferramenta, desenvolvida em parceria com o BancABC, visando a criação de condições para aproximar cada vez mais os serviços do INSS aos utentes do Sistema de Segurança Social.

Dirigindo-se a perto de 500 pessoas, entre autoridades administrativas municipais, Trabalhadores por Conta Própria, parceiros e público no geral, a secretária permanente do MITESS, Maria da Graça Mula Macuácuá, disse que o acto marca a materialização do desafio, que o ministério fez ao INSS no sentido de flexibilizar o processo de cobrança das contribuições, através de iniciativas inovadoras com recurso às tecnologias de informação e comunicação.

“No presente quinquénio, prestes a findar, dos 12 mil previstos a inscrever no sistema, conseguimos cobrir 35.142 Trabalhadores Por Conta Própria, uma realização de acima de 200 por cento, o que é uma grande conquista para este grupo de trabalhadores”, realçou Maria da Graça Mula Macuácuá.

Para a secretária permanente do MITESS, esta é uma das formas que o Governo encontrou para suprir as dificuldades que os TCP enfrentam para pagar as suas contribuições, decorrentes de várias razões, desde a ausência de um mecanismo que permita ter acesso ao INSS sem sair do seu local de trabalho.

Por sua vez, o presidente do Conselho de Administração do INSS, Francisco Mazoio, considerou que o



novo serviço vai facilitar a inscrição de mais TCP no sistema. Eles, conforme argumentou, poderão, agora, inscrever-se e pagar as suas contribuições sem quaisquer dificuldades, pois não será necessário ter uma conta bancária, bastando para tal contactar um agente bancário, disponível nos locais de concentração dos TCP, como os mercados.

“Nós, como INSS, estamos plenamente satisfeitos esta inovação e achamos que neste contexto em que temos muitos TCP inscritos, dos quais poucos contribuem com regularidade, calculamos que já temos uma base para superar esta dificuldade”, frisou.

No decurso da cerimónia, o INSS e o BancABC celebraram um memorando de entendimento para a materialização desta funcionalidade do sistema, válido por um período de dois anos.

A propósito, Octávio Manhique, director coordenador de Organização e Métodos do BancABC, explicou que o acordo de parceria existente entre ambas as instituições tem por objectivo aproximar cada vez mais os contribuintes ao INSS: “Com esta iniciativa, pretendemos facilitar o processo de inscrição e colecta de contribuições, mas as nossas ambições não param por aí, pois queremos dar um contributo, ainda que modesto, rumo à inclusão financeira, promovendo a cultura da poupança no seio dos trabalhadores”, sublinhou.

Importa destacar que os participantes na cerimónia beneficiaram de serviços de registo de menores, emissão de bilhetes de identidade e abertura de contas bancárias, oferecidos, em parceria com os Serviços de Identificação Civil e BancABC, respectivamente.

Com capacidade de mais de 2.000 metros cúbicos por dia: Quatro novos furos subterrâneos vão aliviar abastecimento de água aos bairros da Costa do Sol, Mapulene e Chiango

A Águas da Região de Maputo (AdeM) está a testar, desde o dia 6 de Março, o sistema de furos subterrâneos, com capacidade de produção de mais de 2.000 metros cúbicos por dia, concebido para incrementar, numa primeira fase, o volume de água fornecida às zonas críticas da Área Operacional de Laulane, nomeadamente os bairros da Costa do Sol, Mapulene e Chiango.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Composto por quatro furos, que produzem em média 25 metros cúbicos por hora cada, uma casa de bombas de controlo e um clorificador, bem como uma conduta com 200 milímetros de diâmetro e com 1,5 quilómetros de extensão (que parte do campo de furos até ao centro distribuidor), o sistema foi construído no espaço pertencente aos Aeroportos de Moçambique, no bairro de Laulane.

A par dos testes, decorre neste momento a instalação do sistema de telemetria, que vai tornar possível o controlo remoto (da produção e elevação da água) a partir do centro distribuidor.

Em termos de melhorias, conforme explicou Roberto Tchale, gestor técnico da Área Operacional de Laulane, o sistema vai permitir o incremento de mais duas horas de distribuição às zonas críticas.

“Com o regime de escassez que se regista actualmente, que ditou o fornecimento intercalado do precioso líquido, o incremento de mais duas horas é muito bom, pois muitas famílias vão deixar de percorrer longas distâncias à procura de



água”, disse Roberto Tchale.

Ainda no que diz respeito aos benefícios, concretamente para a AdeM, o gestor técnico da Área Operacional de Laulane referiu que, com a operacionalização do sistema, a empresa vai melhor servir os utentes.

Importa realçar que, para além dos bairros da Costa do Sol, Mapulene e Chiango, este sistema já está a beneficiar, ainda na fase de testes, também o bairro do Ferroviário, totalizando mais de 12.200 clientes.

A Área Operacional de Laulane abastece os bairros do Ferroviário, Laulane, Hulene A e B, Polana Caniço, Mavalane, Costa do Sol, Mapulene e Chiango. Os três últimos, apesar de fazerem parte da zona baixa, são tidos pela empresa como “zona crítica” por estarem na extremidade da rede.

Sem luz, sem hospitais e com fome, venezuelanos regressam às ruas

As forças de segurança venezuelanas responderam com gás pimenta a uma manifestação convocada pela oposição em Caracas, e impediram a marcha de seguir para a avenida da capital onde estava previsto haver uma concentração este sábado. A maior parte do país continua sem electricidade e há fortes receios de que os serviços de saúde estejam perto do colapso.

O presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, que é reconhecido por dezenas de países como Presidente interino, convocou manifestações em todo o país para sábado em mais um protesto contra o regime de Nicolás Maduro – que a oposição acusa de estar a “usurpar” o cargo. Em Caracas, foi mobilizado um forte contingente da Polícia Nacional Bolivariana que impediu as centenas de manifestantes de chegar à avenida Victoria, uma das principais artérias da capital.

A polícia recorreu ao gás pimenta para dispersar a manifestação, numa das repressões mais musculadas das forças de segurança pró-governamentais desde que em Janeiro começou a recente onda de manifestações oposicionistas. Durante a madrugada, a polícia metropolitana desmontou o palco montado pelos organizadores da manifestação que ia servir de ponto de encontro e deteve os dois motoristas que conduziam os camiões com o material, segundo o jornal venezuelano El Nacional.

Guaidó encorajou os seus apoiantes a não baixarem os braços e pediu para que mantivessem a mobilização e a pressão sobre Maduro. “Não nos vão tirar das ruas até alcançarmos a nossa liberdade”, afirmou o líder da oposição.

O regime convocou também manifestações de apoio a Maduro contra o que o Presidente diz ser uma tentativa de desestabilização orquestrada pelos EUA. “Hoje, quando o império dos EUA, no seu desespero por deitar a mão nos nossos recursos naturais, intensifica as suas agressões brutais contra a pátria, juntamo-nos com firmeza para defender a nossa terra e gritar com força: Yankee, go home! Somos anti-imperialistas!”, afirmou Maduro numa publicação no Twitter.

Apagão continua

A delicada situação na Venezuela – onde a par da crise política se vive uma profunda crise económica – complicou-se nos últimos dias com uma falha de electricidade que atinge praticamente todo o território desde quinta-feira. Durante a noite de sexta-feira, a energia regressou a alguns locais, mas poucas horas depois o país voltou a ficar quase totalmente às escuras. A maior parte das cidades preparava-se para uma terceira noite consecutiva sem electricidade.

Uma das situações mais preocupantes é o impacto do apagão nos hospitais, cujo funcionamento já sofre pelas más condições de trabalho e pela escassez de medicamentos. O imprevisto acabou por ditar a forma de contornar a falta de electricidade, com as luzes dos telemóveis a serem usadas para iluminar procedimentos.

Dos 40 hospitais contactados pela associação Médicos pela Saúde, apenas 23 responderam, e desses, 12 não tinham geradores em funcionamento, diz o El País. “Tem sido muito complicado falar com os médicos porque as comunicações estão a falhar”, dizia ao mesmo jornal Julio Castro, membro da organização.

O Inquérito Nacional de Hospitais, feito pela Médicos pela Saúde, calculou que entre 16 de Novembro do ano passado e 9 de Fevereiro morreram 79 pessoas nos principais hospitais do país por causa dos cortes de electricidade. Nas redes sociais circulavam já alguns balanços provisórios, embora sem confirmação oficial, mas teme-se que o custo humano da crise energética actual possa ser elevado.

Num país que tem também sido assolado pela escassez de bens ali-

mentares, a conservação de bens perecíveis está em causa. Foi o que aconteceu a Lilia Trocel, uma vendedora de 58 anos, que participava na manifestação contra Maduro em Caracas. “Os polícias abusam de nós, apesar de sofrerem a mesma calamidade”, disse à Reuters. A insegurança quotidiana nas grandes cidades corre também o risco de se agudizar com a ausência de iluminação.

Anos de desinvestimento na modernização da rede de produção e distribuição de energia eléctrica tornaram comuns os apagões na Venezuela. A crise em curso tem origem na central hidroeléctrica de Guri, a maior do país, construída há mais de 40 anos e símbolo da degradação das infra-estruturas nacionais, que desde 2010 tem sofrido várias avarias. “Porém, este é o colapso de maior escala, não só falhou Guri, mas também os sistemas alternativos”, explicou ao El País o analista da consultora IHS, Diego Moya-Ocampo. “Simplesmente não se está a gerar [energia] suficiente para poder suprir a procura”, acrescentou.

A centralização da gestão energética na empresa pública Corpoelec, “um elefante gigantesco”, nas palavras do professor da Universidade Central da Venezuela, Leonardo Vera ao El País, também veio criar problemas, apesar de se terem construído várias centrais eléctricas, muitas das quais continuam sem funcionar. “Corrupção, projectos inacabados por falta de recursos ou cálculos errados sobre os recursos em falta, improvisação ou pressão de burocratas cubanos sobre o desenho do sistema”, são as razões apontadas por Vera.

O Governo de Maduro insiste, no entanto, na tese de que tudo não passa de actos de “sabotagem” a mando do Presidente norte-americano, Donald Trump, para desestabilizar a Venezuela.

Texto: Público de Portugal

Luta contra ébola no Congo está a fracassar, diz MSF

A batalha contra o ébola na República Democrática do Congo está fracassando porque os cidadãos não confiam em profissionais de saúde, e uma resposta excessivamente militarizada está afastando pacientes e famílias, disseram os Médicos Sem Fronteiras nesta quinta-feira.

Texto: Agências

Na semana passada, os Médicos sem Fronteiras suspenderam as actividades médicas no ponto focal da epidemia, depois que duas de suas instalações foram incendiadas por agressores não identificados.

A presidente internacional da organização, Joanne Liu, disse que o surto, que matou 569 pessoas, não será contido a menos que a comunidade confie nas autoridades e seja tratada com humanidade.

“A atmosfera existente só pode ser descrita como tóxica”, disse Liu a repórteres em Genebra.

Os socorristas do ébola são cada vez mais vistos como inimigos, com mais de 30 ataques e incidentes contra a reação ao ebola somente no mês passado, disse.

A epidemia está em uma região do Congo que é vinculada a grupos armados e violência, onde os funcionários estão propensos a ver ameaças através de uma lente de segurança e a usar a força.

“Há muita militarização em resposta ao ebola”, afirmou ela. “Usar a polícia para forçar as pessoas a cumprir as medidas de saúde não é apenas antiético, é totalmente contraproducente. As comunidades não são o inimigo”.

O envolvimento de forças policiais e de segurança apenas aprofundou as suspeitas de que o ébola estava sendo usado como ferramenta política, disse.

Ainda havia sinais de que o surto –o segundo pior de todos– não estava sendo controlado. Quarenta por cento das mortes ocorreram fora dos centros médicos, o que significa que os pacientes não haviam procurado atendimento, e 35 por cento dos novos pacientes não estavam ligados a casos existentes, o que indica que a disseminação da doença não estava sendo monitorada.

“O ébola ainda tem a vantagem”, disse Liu. Os camponeses avistaram frotas de carros correndo para pegar uma única pessoa doente e uma grande quantidade de dinheiro entrando. Alguns foram instruídos a lavar as mãos, mas não tinham sabão para fazê-lo. “Eles vêem seus parentes sendo pulverizados com cloro e envoltos em sacos de plástico, enterrados sem cerimónia. Então eles vêem seus pertences queimados”, afirmou.

Maior apreensão de sempre de droga na Guiné-Bissau

A droga seguia num camião, escondida num fundo falso, em vários sacos de 30 quilos, em pacotes pretos.

Texto: Agências

O primeiro-ministro da Guiné-Bissau, Aristides Gomes, afirmou este domingo que a apreensão de quase 800 quilos de cocaína, no sábado, demonstra a força das instituições do país.

“Mais uma vez, nós estamos a demonstrar que as nossas instituições têm potencialidades”, disse o primeiro-ministro guineense.

Aristides Gomes admitiu que a Guiné-Bissau é um Estado frágil, mas há “quadros e pessoas que são honestas” e defendeu a necessidade de criar melhores condições de trabalho.

A cocaína agora apreendida, “com elevado grau de pureza”, pesava 789 quilos. De acordo com a PJ guineense, a maior apreensão anterior tinha sido de 650 quilos de droga, em 2007.



A droga seguia num camião, escondida num fundo falso, em vários sacos de 30 quilos e acondicionada em pacotes pretos, e a rede de traficantes integrava elementos associados à al-Qaeda do Magrebe Islâmico.

Operacionais da PJ desmantelaram hoje

o camião, um processo acompanhado por elementos da cooperação judiciária internacional.

Na operação policial, que dura há duas semanas, foram detidos quatro suspeitos: um senegalês, dois nigerinos e um guineense.

Sociedade

→ continuação Pag. 05 -
Moçambique comprometido com a agenda da OIT



isso as dez recomendações do relatório, com as devidas adequações, serão incorporadas no âmbito da preparação dos instrumentos de governação do próximo ciclo”.

Importa realçar que a ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social chefiou a delegação moçambicana, na reunião, cuja composição integrou quadros do Governo, representantes dos trabalhadores (OTM-CS e CONSILMO) e representantes dos empregadores (CTA-Conferência das Associações Económicas de Moçambique).

Protestos levaram Bouteflika a desistir de um quinto mandato

O Presidente argelino, Abdelaziz Bouteflika, desistiu de se candidatar a um quinto mandato, que estava a suscitar forte oposição em vários sectores da sociedade, após três semanas de enormes protestos nas ruas contra a sua candidatura.

Texto: Público de Portugal

Por carta, Bouteflika, no poder desde 1999, e que há seis anos não fala em público, anunciou o adiamento das eleições que estavam previstas para 18 de Abril e disse que não as iria disputar. Dizendo seguir as manifestações, que chegaram à terceira semana sem dar sinais de desmobilizar, o Presidente afirmou ainda que compreendia a motivação dos protestos, especialmente dos jovens.

A decisão é anunciada depois de, na sequência dos protestos, o Presidente somar perdas de apoio sucessivas de sectores que tradicionalmente o apoiavam. Na carta, Bouteflika disse que nunca esteve em cima da mesa um quinto mandato: “A minha idade e o meu estado de saúde fazem com que o meu último dever para com o povo argelino seja criar a base de uma nova República”.

A candidatura tinha sido entregue na comissão eleitoral, no último dia do prazo, pelo seu chefe de campanha. O facto de ser Bouteflika o candidato do regime deve-se, explicam analistas, ao facto de as várias facções que detêm o poder no país (políticos, burocratas, empresários e exército) não terem conseguido chegar a acordo para um nome que conseguisse o apoio, ou seja, que assegurasse os interesses de todos.

Na carta, Bouteflika diz que irá, primeiro, levar a cabo “alterações importantes” no Governo. Pouco depois, era anunciada a demissão do primeiro-ministro, Ahmed Ouyahia, e a sua substituição por Noureddine Bedoui, que era ministro do Interior.

Mas mais importante é a no-

meação de uma “conferência nacional inclusiva”, que será “equitativamente representativa de sociedade argelina, assim como das sensibilidades que a compõem”, declarou na carta, reproduzida pelo diário Al-Watan. A comissão irá ter uma direcção plural e uma presidência “que será uma personalidade nacional independente, consensual e experiente”.

Este “autêntico terramoto em 30 minutos”, como descreveu Joyce Karam, jornalista e professora na Universidade George Washington, segue-se a um ambiente febril de especulação sobre a saúde de Bouteflika, que levou um embaixador a assegurar, há dias, que ele estava vivo e, por outro lado, a um dos principais jornais questionar na sua edição electrónica, em manchete, se o Presidente teria morrido.

Esta segunda-feira, mais dois sectores tinham vindo a público distanciar-se do Presidente: mais de mil juízes declararam que não supervisionariam a eleição se Bouteflika concorresse.

Esta assembleia deverá elaborar uma nova Constituição, e será submetida depois a referendo popular, explica ainda a carta de Bouteflika.

E enquanto isso, líderes religiosos denunciaram entretanto publicamente as pressões que têm sofrido do Ministério da Justiça para que defendam a posição do Governo. “Deixem-nos fazer o nosso trabalho, não interfiram”, disse claramente o imã Djamel Ghoul, citado pela Reuters.

Trabalhadores ferroviários e estudantes também estiveram

em greve desde domingo e a maior parte da rede ferroviária da capital, Argel, paralisada. A maioria das escolas do país estão fechadas, segundo relatos da agência francesa AFP.

O maior sindicato do país, a União Geral dos Trabalhadores Argelinos, muito próximo de Bouteflika e que vinha a defender a sua candidatura, viu protestos dos seus próprios membros a pedir que mudasse de posição. Esta segunda-feira, disse que “é preciso mudança”, embora sublinhando que “de forma pacífica”.

Bouteflika tinha regressado à Argélia vindo de Genebra no domingo, onde foi submetido a tratamentos no hospital universitário da cidade suíça.

Depois de ter sofrido um Acidente Vascular Cerebral (AVC) em 2012 tem aparecido em público muito poucas vezes, e nunca fala. Segundo relatos do jornal Tribune de Genève, o Presidente sofre de afasia, o que quer dizer que não consegue falar, mas aparenta compreender o que lhe é dito.

Nos últimos anos, as autoridades têm compensado a falta de presença física do Presidente com imagens em quase todas as cerimónias, o que valeu a Bouteflika o título de “Presidente numa moldura” dado pelos manifestantes.

Estas manifestações contra um quinto mandato de Bouteflika surpreenderam todos, já que os argelinos, sobretudo pelo medo da instabilidade provocado pelos anos de guerra civil nos anos 1990, raramente consideravam protestar.

Encontradas caixas negras do Boeing da Ethiopian Airlines

Foram encontradas “caixas negras” do avião Boeing 737-8 MAX, da companhia Ethiopian Airlines, que se despenhou este domingo, em Bishoftu, na Etiópia, avança a Reuters. A informação foi também confirmada pela transportadora.

Texto: Público de Portugal

A caixa negra que contém os dados técnicos do voo e a que regista as conversas no ‘cockpit’ “foram encontradas”, indicou a Ethiopian Airlines na sua conta na rede social Twitter. “O registo digital de voo (DFDR) e o registo de voz da cabine (CVR) do (voo) ET302 foram recuperados”.

Os peritos dizem que ainda é muito cedo para conhecer as causas do acidente.

Um responsável da aviação, citado pela agência Associated Press sob anonimato, adiantou, no entanto, que as caixas ficaram parcialmente destruídas. “Vamos ver o que conseguimos, o que será possível recuperar”, disse.

Um dos proprietários do terreno onde o avião se despenhou disse à Reuters que viu a aeronave virou repentinamente enquanto estava repleta de fumo e a fazer um “barulho estranho” antes de cair.

Outra testemunha que falou à Associated Press também diz ter visto fumo a sair da parte de trás do avião antes de este atingir o solo. Tamrat Abera afirmou ainda que “o avião girou duas vezes antes de explodir”.

Agência europeia investiga com EUA causas da queda do avião na Etiópia

A Agência Europeia de Segurança Aérea (AESA) informou que está a investigar as causas do acidente com o organismo dos Estados Unidos. A investigação está a ser feita pela agência da União Europeia em conjunto com a Administração da Aviação Federal (FAA, na sigla inglesa) dos Estados Unidos e com os fabricantes do Boeing 737-8 MAX.

A AESA emitiu um breve comunicado no qual assegura que está a monitorizar a investigação sobre as causas da queda do voo ET302 da Ethiopian Airlines e que publicará qualquer novidade no seu site.

Um “catástrofe” para as Nações Unidas

O director-geral do escritório europeu das Nações Unidas em Genebra, Michael Moller, disse, em declarações citadas pela Reuters, que a organização sofreu uma das maiores perdas devido à queda deste avião. “É uma das maiores catástrofes dos últimos anos”, lamentou depois de se ter cumprido um minuto de silêncio antes de uma reunião.

A aeronave despenhou-se depois de ter descolado da capital Addis-Abeba, na Etiópia. Morreram 157 pessoas – 149 passageiros e oito tripulantes. A aeronave, que realizava um voo regular entre Addis-Abeba e Nairobi (Quênia), despenhou-se cerca de seis minutos após a decolagem da capital da Etiópia.

O desastre aéreo já levou as autoridades de aviação chinesas a suspender a circulação de todos os aparelhos Boeing 737 MAX. São 96 aparelhos, de 13 companhias de aviação chinesas, que vão manter-se em terra, até que se esclareça se há riscos associados a este modelo, que já tinha estado envolvido noutro acidente mortífero, a 29 de Dezembro de 2018, na Indonésia.

Entretanto, começam a ser conhecidas as identidades das vítimas do acidente.

Três médicos austríacos, o co-fundador de uma organização humanitária, um embaixador, a mulher e o filho de um deputado Eslovaco ou um professor universitário canadiano nascido na Nigéria são algumas das vítimas da queda do avião.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão confirmou que seguiam a bordo cinco cidadãos alemães, incluindo uma funcionária da agência das Nações Unidas para as migrações.

As autoridades chinesas confirmaram a existência de oito cidadãos chineses no avião, entre os quais dois trabalhadores das Nações Unidas.

A Ethiopian Airlines foi fundada em 21 de Dezembro de 1945 e a sua rede abrange Europa, América do Norte, América do Sul, África, Médio Oriente e Ásia, ligando as cidades em todo o mundo.

Pelo menos 15 morrem em ataque a bar no México

Pelo menos 15 pessoas morreram e sete ficaram feridas na manhã deste sábado no México, depois que um grupo armado invadiu um bar no Estado de Guanajuato e disparou contra clientes e empregados, segundo o escritório local da procuradoria.

Texto: Agências

De acordo com as versões dos jornais El Universal e Milenio, que citaram fontes anónimas do governo, o ataque ocorreu no “La Playa Men’s Club”, um lugar para adultos localizado na cidade de Salamanca.

Não ficou claro de imediato quem cometeu o crime.

Poderosas gangues de roubos de petróleo têm roubado grandes volumes do combustível da refinaria de Salamanca. Nesta semana, o presidente Andrés Manuel López Obrador lançou uma grande ofen-

siva para capturar o líder da gangue local José Antonio Yopez, conhecido como “El Marro”.

De acordo com um comunicado da procuradoria do Estado de Guanajuato, 13 homens foram encontrados mortos no local, e outros dois morreram depois de serem levados para um hospital. O comunicado acrescenta que seus agentes estavam investigando o crime.

O México vive uma onda de violência sem precedentes, decorrente da luta contra o narcotráfico e o crime

organizado. Todos os dias, mais de 90 homicídios são registados em todo o país, segundo dados oficiais.

Guanajuato, outrora um Estado pacífico que atraiu fábricas de empresas como a Volkswagen, a General Motors e a Toyota, hoje abriga três das dez cidades mais violentas do México. Buscando combater a violência, López Obrador propôs um processo de justiça transicional, legalizar algumas drogas e atacar as causas que geram a criminalidade, como a pobreza e a desigualdade social.

Venezuela dá prazo de 72 horas para diplomatas dos EUA deixarem país; culpa Trump por blecaute

A Venezuela ordenou nesta terça-feira que diplomatas norte-americanos deixem o país em até 72 horas, depois que o presidente Nicolás Maduro acusou o presidente norte-americano, Donald Trump, de promover uma “sabotagem” que levou o país petroleiro a sofrer o pior blecaute da sua história.

Texto: Agências

O ministro das Relações Exteriores venezuelano, Jorge Arreaza, disse que os diplomatas norte-americanos em solo venezuelano devem partir dentro de três dias, depois que foram interrompidas as negociações para a manutenção de “secções de interesse” diplomáticas nos dois países.

“A presença no solo venezuelano desses funcionários representa um risco para a paz, a unidade e a estabilidade do país”, disse o governo da Venezuela em comunicado.

O Departamento de Estado dos EUA anunciou na segunda-feira que retirará sua equipe da Venezuela nesta semana, dizendo que sua presença se tornou “um constrangimento para EUA”.

Washington reconheceu o líder da oposição Juan Guaidó como presidente legítimo da Venezuela depois que o presidente do Congresso, de 35 anos, declarou

ser presidente provisório, em janeiro, afirmando que a reeleição de Maduro em 2018 foi uma fraude.

A maioria dos países da Europa e da América Latina seguiu o exemplo. Maduro, que detém o controle das instituições militares e outras instituições do Estado, bem como o apoio da Rússia e da China, denunciou Guaidó como um fantoche dos Estados Unidos.

Com o blecaute na Venezuela em seu sexto dia, os hospitais se esforçaram para manter os equipamentos funcionando, enquanto alimentos apodrecem no calor tropical e as exportações do principal terminal de petróleo do país foram fechadas.

Julio Castro, da organização não governamental Médicos pela Saúde, disse no Twitter na noite de segunda-feira que 24 pessoas morreram em hospitais públicos desde o início do apagão. O

Congresso da Venezuela, controlado pela oposição, declarou um simbólico “estado de alarme” na segunda-feira.

A energia foi religada para muitas partes do país nesta terça-feira, incluindo algumas áreas que não tinham eletricidade desde a última quinta-feira, de acordo com testemunhas e mídias sociais. Mas a eletricidade ainda era parcial em partes da capital Caracas e na região oeste, perto da fronteira com a Colômbia.

Maduro culpou Washington por organizar o que ele disse ser um sofisticado ataque cibernético contra as operações de energia hidrelétrica da Venezuela. “Donald Trump é o maior responsável pelo ataque cibernético ao sistema elétrico venezuelano”, disse Maduro em uma transmissão feita do palácio presidencial de Miraflores, na noite de segunda-feira. “Esta é uma tecnologia que só o governo dos Estados Unidos possui.”

Ex-tesoureiro do Vaticano é condenado a 6 anos de prisão por abusos sexuais de meninos de coral

O cardeal George Pell, ex-tesoureiro do Vaticano, foi condenado a 6 anos de prisão, nesta quarta-feira, por abusar sexualmente de dois meninos de um coral de Melbourne nos anos 1990, e ficará registado como criminoso sexual pelo resto da vida.

Texto: Agências

O juiz Peter Kidd, chefe do tribunal do condado de Vitória e que pronunciou a sentença ao vivo pela televisão, disse haver uma possibilidade concreta de que Pell, estando com 77 anos, passe o resto da vida na prisão.

O cardeal, que foi um dos principais assessores do papa Francisco, é o católico mais graduado a ser condenado por abuso sexual infantil.

A sua queda leva ao cerne da administração papal um escândalo de abusos que vem destruindo a credibilidade da Igreja nos Estados Unidos, Chile, Austrália e outros lugares nas últimas três décadas.

“Na minha opinião, sua conduta foi permeada por uma arrogância surpreendente”, disse Kidd ao comunicar a pena depois de Pell ser condenado por cinco acusa-

ções de abusos sexuais de duas crianças. “Vista como um todo, considero sua culpabilidade moral nos dois episódios alta”, disse ele à sala de tribunal lotada.

Pell, que compareceu à corte sem um colarinho de padre pela primeira vez durante o caso, não mostrou emoção durante a audiência de atribuição de pena, que durou mais de uma hora. Ele insiste ser inocente e entrou com um recurso que deve ser ouvido em Junho.

Os delitos contra dois meninos de 13 anos aconteceram após missas de domingo no final de 1996 e no início de 1997 em uma sala e um corredor da Catedral de São Patrício de Melbourne, onde Pell era arcebispo. Uma das vítimas morreu em 2014. A outra, que depôs e foi interrogada no julgamento, emitiu uma declaração por meio de seu advogado

dizendo que tem dificuldade em encontrar consolo no veredicto no momento.

“Ser testemunha de um caso criminal não tem sido fácil. Estou fazendo o melhor para preservar a mim mesmo e à minha família”, disse a vítima, que não pode ser identificada por causa de uma lei australiana que protege a identidade de vítimas de abusos sexuais.

Durante o julgamento, a vítima descreveu como Pell se expôs aos meninos, acariciou e masturbou os seus órgãos genitais e forçou um deles a praticar sexo oral no cardeal.

Um júri considerou Pell culpado de quatro acusações de actos indecentes e uma de penetração sexual. Ele corria o risco de enfrentar um máximo de 10 anos de prisão por cada acusação.

Milhares exigem mudanças rápidas na Argélia após concessões de Bouteflika

Milhares protestaram em toda a Argélia nesta terça-feira, exigindo mudanças políticas imediatas, um dia depois de o debilitado presidente Abdelaziz Bouteflika anunciar que desistiu de buscar um quinto mandato, mas sem chegar a renunciar.

Texto: Agências

Grandes multidões se reuniram em várias cidades, e a emissora de TV Ennahar noticiou que trabalhadores iniciaram uma greve que paralisou as operações no porto de Bajaia, no Mediterrâneo.

Bouteflika, de 82 anos, cedeu a semanas de manifestações em massa contra seu governo de 20 anos na segunda-feira e prometeu uma transição para uma nova liderança — mas adiou uma eleição marcada para abril, o que significa que provavelmente continuará no poder por mais algum tempo.

O diplomata argelino veterano Lakhdar Brahimi e grupos de protesto participaram de uma conferência para planejar o futuro da Argélia, disseram fontes políticas e governamentais à Reuters nesta terça-feira.

Brahimi, ex-ministro das Relações Exteriores da Argélia e enviado especial da Organização das Nações Unidas (ONU), deve presidir a conferência, que supervisionará a transição, redigirá uma nova Constituição e marcará a data das eleições, disse uma fonte do governo.

Os argelinos se cansaram do líder enfraquecido e de outros veteranos da guerra de independência da França de 1954-62, que vêm dominando um país com desemprego alto, serviços precários e uma corrupção desenfreada apesar de possuir petróleo e gás.

Prédio que abrigava escola desaba na Nigéria; cerca de 100 crianças podem estar soterradas

Cerca de 100 crianças e muitas outras pessoas podem estar soterradas após o desabamento de um prédio que abrigava uma escola de ensino fundamental em Lagos, a capital comercial da Nigéria, nesta quarta-feira.

Texto: Agências

Um repórter da Reuters no local viu um menino de 10 anos sendo puxado para fora dos escombros coberto de poeira, mas sem ferimentos visíveis. Uma multidão comemorou enquanto outra criança era retirada dos destroços. As duas estavam entre oito crianças já resgatadas, disseram moradores.

Trabalhadores em cima dos escombros retiravam detritos enquanto uma multidão se aglomerava em torno do local de resgate — dezenas de pessoas observando dos telhados e centenas nas ruas ao redor.

“Acredita-se que muitas pessoas, incluindo crianças, estão actualmente presas no prédio”, disse Ibrahim Farinloye, porta-voz da Agência Nacional de Gerenciamento de Emergências da região, adicionando que não há informações imediatas sobre vítimas.

Moradores da região estimaram que cerca de 100 crianças frequentavam a escola, que funcionava no terceiro andar do prédio. No local, muitas pessoas gritavam. Uma briga quase começou devido à indignação no local. Pelo meio à multidão, estavam ambulâncias, camiões de bombeiro e uma empilhadeira. Membros da Cruz Vermelha e da polícia estavam a postos.

A Nigéria frequentemente regista colapsos em construções. Em 2016, mais de 100 pessoas foram mortas quando uma igreja ruiu no sudeste da Nigéria.

Em Lagos, no mesmo ano, um prédio de cinco andares ainda em construção desabou, matando pelo menos 30 pessoas. Uma escola flutuante construída para resistir a tempestades e inundações também desmoronou em Lagos em 2016, embora ninguém tenha ficado ferido.